



UNIVERSIDADE
LUSÓFONA

Centro Universitário de Lisboa

Escola de Psicologia e Ciências da Vida

Mestrado em Psicologia Forense

**VIOLÊNCIA BIDIRECIONAL: PREDITORES
SOCIODEMOGRÁFICOS**

Dissertação defendida em provas públicas para a obtenção do grau de Mestre em

Psicologia Forense, orientada por Professora Andreia Machado e coorientadora

Professora Carolina da Motta

ANA CATARINA SEQUEIRA LIXA

2024

www.lusofona.pt

Centro Universitário de Lisboa
Escola de Psicologia e Ciências da Vida
Mestrado em Psicologia Forense

VIOLÊNCIA BIDIRECIONAL: PREDITORES SOCIODEMOGRÁFICOS

VERSÃO FINAL

Dissertação defendida em provas públicas na Universidade Lusófona, Centro Universitário de Lisboa no dia 12/01/2024, perante o júri nomeado pelo Despacho de Nomeação nº521, de 2023, com a seguinte composição:

Presidente: Prof^ª Doutora Patrícia Figueiredo

Vogais: Prof^ª Doutora Olga Cunha (UL-centro universitário do Porto – arguente

Orientadora: Prof^ª Doutora Andreia Machado

Este trabalho também foi orientado pela coorientadora Prof^ª Doutora Carolina da Motta

ANA CATARINA SEQUEIRA LIXA

2024

Que os sonhos são muito mais de construir do que sonhar
E a sorte dá trabalho a quem agarrar
- Bárbara Tinoco

Agradecimentos

Ao longo da realização deste trabalho e do meu percurso académico e pessoal, foram várias as pessoas que, de alguma maneira, me ajudaram e às quais desejo apresentar os meus agradecimentos.

Começo primeiramente por agradecer à minha orientadora, Prof^ª Dr^ª Andreia Machado, por me ter acompanhado desde o primeiro dia e por me ter apoiado nas horas mais difíceis. Foi uma longa jornada, mas sem as suas palavras de incentivo e a ilimitada troca de ideias e e-mails acho que não teria sido possível. Agradeço ainda à minha coorientadora, a Prof^ª Dr^ª Carolina da Motta, que auxiliou este processo numa altura mais caótica, mas cujo contributo foi essencial para chegar a bom porto. Não há palavras para os seus esforços incansáveis. Ainda no seio dos docentes, agradeço também à Prof^ª Dr^ª Ana Rita Cruz, que apesar de termos trabalhado pouco tempo, contribuiu para a passagem da pasta e para a transmissão de conhecimentos e experiências. Por fim, agradeço ainda à Prof^ª Dr^ª Marta Capinha pela ajuda prestada numa fase deste percurso. Acima de tudo não correu como planeámos, mas no final conseguimos!!!

Em seguida agradeço a outras pessoas que ficaram marcadas nesta minha jornada, provenientes da Universidade do Algarve e da Universidade Lusófona de Lisboa. Este grupo de pessoas, dos quais incluo professores, auxiliares, colegas e amigos, do sul ao centro eles sabem que ficarão para sempre no meu coração. Cada um contribuiu para o meu percurso de forma diferente o que faz com que hoje seja uma pessoa mais completa a todos os níveis. Obrigada por tudo e principalmente por me acolherem sempre que quiser voltar para onde fui feliz.

Em especial queria agradecer à Leonor Félix e à Judite Estrada por tudo o que fizeram por mim até ao último momento. Foram uma bela surpresa e uma ajuda essencial. Não sei o que o futuro nos reserva, mas o que sei é que sou-vos eternamente grata pelas reuniões de apoio, sessões de terapia em grupo, conversas intermináveis, horas a fio de questões, dúvidas e inseguranças. Sem vocês não teria sido possível e por isso não há palavras. Juntas no lodo SEMPRE!!! Levo-vos no meu coração.

Agradecer também àqueles que me acompanham à mais tempo, nesta minha jornada, provenientes da Escola Básica de Cajados, Escola Secundária Lima de Freitas e Clube Naval Setubalense. Entre professores, treinadores, auxiliares, colegas e amigos, levo para vida tudo o que me ensinaram, principalmente as relações que daí ainda perduram. Um obrigado nunca será suficiente.

Quero também agradecer à minha família, por todo o amor, carinho e dedicação. Em especial aos meus pais que sempre acreditaram em mim e me apoiaram desde o início. São duas pessoas íntegras, com bons valores e princípios e que desde cedo fizeram questão de me transmitir. Hoje posso afirmar que sou a mulher que sou porque fui criada por eles e moldada pela vida. Tenho o maior orgulho em ser vossa filha e sou-vos eternamente grata pela vida que me proporcionaram. Continuarei sempre a preconizar o que me ensinaram e a construir o meu futuro que como sempre me disseram: “com trabalho se conquista tudo”. À minha irmã, por ser a minha maior fã e aquela que acredita em mim mesmo quando eu duvido. Seremos sempre eu e tu Noquinhas para o resto da vida.

Por último, mas não menos importante, agradeço ao meu querido Rúben. Desde o primeiro momento que entrou na minha vida me demonstrou um amor enorme e o seu apoio incondicional. Não há palavras para descrever o quanto fazes por mim e o quanto me acrescentas. Obrigada por seres casa amor.

Obrigada a todos/as!

Resumo

A violência bidirecional é atualmente a forma mais prevalente de violência nas relações de intimidade. Diversos estudos que se focam na violência bidirecional salientam a importância de aprofundar o conhecimento quanto aos seus preditores. Assim, é importante explorar os fatores de risco e possíveis preditores sociodemográficos e clínicos, nomeadamente: género, orientação sexual, idade, nacionalidade, estado civil, estar numa relação de intimidade, habilitações académicas, situação profissional, nível socioeconómico, parentalidade, região de habitação, problemas com consumos e problemas de saúde mental. Neste sentido, o objetivo deste estudo foi perceber a prevalência da violência bidirecional numa amostra de 580 participantes e explorar os seus preditores. A metodologia da investigação assentou num desenho quantitativo transversal, aplicado numa amostra comunitária recolhida *online*. Os instrumentos utilizados foram um questionário sociodemográfico e a Escala Tática de Conflitos Revista. Os resultados evidenciam que a violência bidirecional é a tipologia de violência mais prevalente na amostra e o estar numa relação demonstrou ser preditor de violência bidirecional. Nenhum outro preditor sociodemográfico mostrou-se significativo na predição da violência bidirecional. Este estudo permitiu aprofundar o conhecimento acerca da complexidade do fenómeno, promovendo uma maior visibilidade e uma reflexão em torno das implicações práticas. Considerações sobre estudos futuros foram contempladas.

Palavras-chave: Violência nas Relações de Intimidade, Violência Bidirecional; Preditores sociodemográficos; Fatores de risco; Prevalência.

Abstract

Bidirectional violence is currently the most prevalent form of violence in intimate relationships. Several studies that focus on bidirectional violence highlight the importance of deepening our knowledge of its predictors. It is therefore important to explore risk factors and possible sociodemographic and clinical predictors, namely: gender, sexual orientation, age, nationality, marital status, being in an intimidating relationship, academic qualifications, professional status, socioeconomic level, parenthood, region of residence, problems with consumption and mental health problems. The aim of this study was to understand the prevalence of bidirectional violence in a sample of 580 participants and to explore its predictors. The research methodology was based on a cross-sectional quantitative design, applied to a community sample collected online. The instruments used were a sociodemographic questionnaire and the Revised Conflict Tactics Scale. The results show that bidirectional violence is the most prevalent type of violence in the sample and being in a relationship proved to be a predictor of bidirectional violence. No other sociodemographic predictor proved to be significant in predicting bidirectional violence. This study allowed us to deepen our knowledge of the complexity of the phenomenon, promoting greater visibility and reflection on the practical implications. Considerations for future studies have been contemplated.

Keywords: Intimate Partner Violence, Bidirectional Violence; Sociodemographic predictors; Risk factors; Prevalence.

Índice de Abreviaturas e Siglas

CEDIC - Comité de Ética e Deontologia da Investigação Científica

CTS2 - *Revised Conflict Tactics Scale*

EPCV- Escola de Psicologia e Ciências da Vida

EUA – Estados Unidos da América

NISVS - *National Intimate Partner and Sexual Violence Survey*

RASI - Relatório Anual de Segurança Interna

RS – Revisão sistemática

SPSS - *Statistical Package for Social Sciences*

TLFB-SV - *Timeline Followback Spousal Violence interview*

VB – Violência Bidirecional

VRI - Violência nas relações de intimidade

VU - Violência unidirecional

WHO – *World Health Organization*

Índice

Introdução	8
Violência das Relações de Intimidade	8
Violência Bidirecional	10
Preditores sociodemográfico da VRI e da VB	11
Pertinência do estudo	15
Metodologia	16
Amostra	16
Instrumentos	19
Procedimentos	20
Análise de dados	21
Resultados	22
Prevalência da Violência Bidirecional: Prevalência Anual	22
Influência dos Preditores na Violência Bidirecional: Prevalência Anual	22
Discussão	26
Limitações	30
Implicações práticas	33
Estudos Futuros	34
Referências Bibliográficas	36

Introdução

Violência das Relações de Intimidade

A Violência nas Relações de Intimidade (VRI) é conceptualizada como “*violência física, sexual, psicológica e emocional, a par de perseguição, bem como de qualquer ato de coação exercido por um/a parceiro/a íntimo, atual ou anterior*” (Dias et al., 2018, p.1). Os/As parceiros/as íntimos/as são indivíduos/as com quem se deteve/detém uma relação íntima e pessoal (e.g., cônjuge ou ex-cônjuge, que tenham coabitado ou não, namorado/a ou ex-namorado/a, entre outros) (Dias et al., 2018).

Esta tipologia de violência, somente nos anos 70 começou a ganhar a atenção dos investigadores, visto que a VRI passou a ser considerada um problema social (Dobash & Dobash, 1979). Inicialmente as investigações guiavam-se pela perspectiva feminista, que analisa a violência na intimidade pela lente patriarcal, ou seja, encara a mulher como vítima e o homem como perpetrador, devido aos estereótipos de género que favorecem a dominância por parte do homem (Dias, 2010; Reingardienè, 2004). Esta visão unilateral da violência (VU) condicionou os primeiros teóricos da VRI, negligenciando a vitimação dos homens, bem como, a violência das mulheres para com estes (Langhinrichsen-Rohling et al. 2012). Anos mais tarde, surgiu a perspectiva dos sociólogos da violência na família que encara a violência como forma de dar resposta à expressão do conflito familiar, não se cingindo somente à análise do indivíduo ou do casal como unidade de análise, mas sim à família em si (Gelles & Straus, 1979; Gelles, 1983; Gelles, 1993; Straus, 1973). Conceptualiza-se então que a VRI, pode ser explicada como uma forma desadaptativa de resolver o conflito familiar, podendo ser comparada a qualquer tipo de violência exercida contra crianças e idosos (Lawson, 2012). Neste seguimento, Johnson (1995, 2005, 2011) distinguiu quatro tipos principais de violência: o terrorismo íntimo (i.e., tipologia associada à violência doméstica e ao poder patriarcal); resistência violenta (i.e., violência usada como resposta ao terrorismo íntimo); a violência conjugal situacional (i.e., violência gerada pelo conflito existente ou pela escalada do mesmo, sendo a “*forma mais comum de violência na intimidade, e também a mais variável*” [Johnson, 2011, p.290]) e o controlo mútuo da violência (i.e., dinâmica em que ambos, os elementos do casal, são violentos [Alarcão, 2000]). Ao contrário das primeiras duas tipologias, onde existe assimetria da perpetração, na violência conjugal situacional a perpetração pode ser simétrica, visto ser provocada por situações de tensão ou emoções fortes que levam um ou ambos os parceiros a usar a violência (Johnson, 2011). Desta forma, Johnson (1995, 2005, 2011)

clarifica que existem diversas dinâmicas de violência e controlo numa relação e a importância que a história e o contexto exercem sobre a mesma (de Matos, 2006).

De forma a conseguir-se explorar melhor este fenómeno, são muitos os estudos que demonstraram resultados relativos à prevalência de VRI, em diferentes partes do mundo e para ambos os géneros. A título de exemplo, uma recolha de dados pela National Intimate Partner and Sexual Violence Survey (NISVS) (2020), revelou que a VRI se inicia relativamente cedo (e.g., violência no namoro nos adolescentes - cerca de 11 milhões de mulheres e 5 milhões de homens relataram ter experienciado VRI antes dos 18 anos de idade) e tende a permanecer durante a vida adulta (e.g., mais de 43 milhões de mulheres e 38 milhões de homens foram vítimas de violência psicológica). Em termos de percentagens, uma em cada quatro mulheres e um em cada dez homens sofreram violência sexual, violência física e/ou stalking, relatando algum tipo de impacto relacionado com a experiência (NISVS, 2020).

Um estudo realizado por Costa e colaboradores (2015), em seis cidades/países da Europa (i.e., Ghent - Bélgica, Stuttgart - Alemanha, Atenas - Grécia, Budapeste - Hungria, Porto - Portugal, Granada - Espanha, Östersund - Suécia e Londres - Reino Unido), apurou que a violência psicológica é a tipologia mais prevalente (entre 46.4% a 71.8%), seguida da violência física (entre 8.5% a 31.2%) e por fim a coerção sexual (entre 8.9% a 27.1%). Em 2016, o mesmo grupo de investigadores realizou um novo estudo no mesmo formato, tendo apurado que 0.5% das mulheres e 4.1% dos homens foram vítimas de VRI na tipologia de violência física, 10% das mulheres e 11,9% dos homens evidenciaram estar envolvidos em violência bidirecional (VB), e 4.2% das mulheres e 3.8% dos homens eram perpetradores.

Relativamente a Portugal, segundo o Relatório Anual de Segurança Interna (RASI), em 2022 foram registadas 30.488 ocorrências de violência doméstica. Os resultados discriminados indicam que 72.4% das vítimas são mulheres e 80.2% dos denunciados são homens. Verificou-se ainda que em *“36.5% dos casos a vítima é cônjuge ou companheira/o (...) e em 14.1% das situações é ex-cônjuge/ex-companheira/o”* (Sistema de Segurança Interna, 2022, p.50).

Contudo, e independentemente do tipo de violência que é perpetrado, a VRI é um problema de saúde pública com graves consequências a vários níveis (i.e., a nível físico [e.g., podendo provocar a morte], psicológico ou sexual [e.g., podendo incluir algum tipo de agressão física, coerção sexual, comportamentos controladores e abuso psicológico]) (WHO, 2021) a longo prazo para a saúde e com custos significativos (Breiding et al., 2014; Laskey et

al., 2019; Palmetto et al., 2013). Probabilisticamente, as vítimas relatam em maior grau sintomas de cariz psicológico e condições de saúde física que são tanto agudas como crônicas na sua natureza (Black, 2011; Breiding et al., 2014; Coker et al., 2002; Coker, et al., 2005). Relativamente ao impacto, apesar da frequência, severidade e percentagem de lesões “*poderem ser maiores em relacionamentos violentos bidirecionais em comparação com a violência unilateral*” (Whitaker et. al., 2007, citado em Palmetto et al., 2013, p.105), a reciprocidade de VRI não significa que a frequência ou a gravidade da violência é equivalente entre parceiros (Whitaker et. al., 2007). Assim, pode-se afirmar que existe assimetria de género (Breiding et al., 2014) relativamente a alguns fatores (e.g., causas, tipologia, funções e repercussões da violência) (Langhinrichsenrohling et al., 2012; Mennicke & Wilke, 2015) e na forma como a sociedade encara este fenómeno (e.g., a VU é mais vezes associada às mulheres do que quando esta é direcionada aos homens ou em ambas as direções) (Bates, 2016).

Violência Bidirecional

Entende-se por VB, qualquer ato de violência realizada por ambos os parceiros envolvidos atual ou previamente numa relação de intimidade (Hu et al., 2021; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Palmetto et al., 2013). A literatura sustenta que a VB é a forma de VRI mais comum numa relação íntima (Hine et al., 2020; Johnson, 2011; Machado et al., 2019; Palmetto et al., 2013; Straus, 2011; Whitaker et al., 2007) em várias amostras (LanghinrichsenRohling et al., 2012).

No entanto, a existência de diferentes terminologias para descrever este fenómeno, faz com que não haja consenso na sua definição. A título de exemplo, Whitaker e colaboradores (2007) e Costa e colegas (2015) utilizaram o termo “*violência recíproca*” para designar a violência praticada por ambos os parceiros, enquanto Jennings e colaboradores (2012), destacaram o termo “*sobreposição de papéis*” para se referirem à presença simultânea de vitimação e perpetração numa relação de intimidade. Recentemente, um estudo desenvolvido por Schokkenbroek e colaboradores (2022) apresenta o termo “*sobreposição vitima-perpetrador*” e nos trabalhos de Machado e colaboradores (2023) e Silva (2021) o termo utilizado foi “*Violência Bidirecional*” para descrever a coocorrência de violência em ambas as direções. Nesta investigação optou-se pela utilização do termo “*Violência Bidirecional*” por se considerar o termo mais adequado face à problemática em estudo.

No panorama internacional, em termos de prevalência de VB nas relações de intimidade, realizaram-se duas revisões sistemáticas (RS), recorrendo a diferentes tipos de

amostras (e.g., *comunitárias, clínicas, de estudantes, forenses e amostras de relações de indivíduos gays, lésbicas e/ou bissexuais* [Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Machado et al., 2023]). Langhinrichsen-Rohling e colaboradores (2012) concluíram que a prevalência de VRI encontrada era tendencialmente bidirecional (57.5%), evidenciando-se assimetria de género relativamente aos tipos de violência perpetrados e sofridos. Também a RS de Machado e colaboradores (2023) vai ao encontro das considerações anteriores, atendendo exclusivamente ao fenómeno da VB nas relações de intimidade. Esta RS, considerou diversos artigos de 5 continentes (i.e., América, Europa, Ásia, África e Oceânia), com amostras com idades superiores a 18 anos. Os resultados foram ao encontro do que a literatura afirma, sendo que foi encontrado valores de 60.3% de prevalência de VB em comparação com a VU, que variou de 0.4% a 80% para a tipologia de violência psicológica. Relativamente ao género, quer homens quer mulheres reportaram VB em percentagens semelhantes (i.e., variou de 3.9% a 83.9% nas mulheres e 3.1% a 81.9% para os homens) e no que concerne à orientação sexual do casal, os casais homossexuais reportaram percentagens mais elevadas de VB, não havendo diferenças significativas entre os grupos (Machado et al., 2023).

Em Portugal, nos últimos anos tem-se verificado uma crescente tendência de relato de incidentes de violência, através da dupla apresentação de acusações, o que se traduz num aumento de queixas criminais de bidirecionalidade na VRI (Matos & Santos, 2014). Desta forma, e através dos estudos internacionais e a relevância deste tema, os investigadores portugueses têm vindo a explorar esta questão na sociedade portuguesa, apesar de existirem poucos estudos empíricos (e.g., Machado et al., 2019). Contudo, os estudos já existentes vão ao encontro das conclusões das investigações dentro deste tema, sendo a VB o padrão de violência mais prevalente na intimidade nas diferentes amostras e a violência psicológica a tipologia mais prevalente (Machado et al., 2023). A título de exemplo, num estudo acerca dos jovens, a dinâmica mais frequente nas relações de intimidade foi a VB (56.8%) e a tipologia de violência mais prevalente foi a psicológica (Silva, 2021). No que concerne à população masculina, a percentagem de VB numa relação de intimidade foi de 73.7% e a tipologia mais prevalente foi a violência psicológica (Machado et al., 2019). Por fim, outros estudos que consideram a população adulta nacional, concluiu-se também pela prevalência do padrão bidirecional, onde a tipologia de violência mais comumente relatada no ano transato foi a psicológica, tendo sido consistente entre diferentes grupos (e.g., masculino, feminino, heterossexual e não heterossexual) (Branco, 2022; Capinha et al., 2022).

Preditores sociodemográfico da VRI e da VB

A literatura evidencia que a VB é um fenómeno complexo, tendo de ser enquadrado num contexto específico e potencialmente influenciada por diferentes preditores (Holmes et al., 2019). A exploração destes preditores é assim tida como uma prioridade nesta investigação, promovendo a continuidade de estudos nesta direção (Swan et al., 2005).

Renner e Whitney (2012) afirmaram que tanto as mulheres como os homens podem ser perpetradores e vítimas de VRI, embora não seja inteiramente claro quais os fatores de risco para cada género. É possível afirmar-se que existe uma simetria moderada entre géneros que se pode modificar em função do tipo de VRI (i.e., violência situacional vs terrorismo íntimo) e como isto, afeta cada um dos indivíduos (e.g., o controlo e o terrorismo afetam significativamente mais as mulheres [Johnson, 2005; Johnson & Leone, 2005] tendo normalmente consequências mais graves para estas) (Ansara & Hindin, 2010; Saunders, 2002). A literatura tem evidenciado poucas diferenças entre géneros, propondo existirem riscos semelhantes que seriam relevantes para a perpetração em ambos os géneros (Stuart et al., 2006).

No que respeita à idade, os dados da literatura são maioritariamente concordantes quanto à sua influência, na VRI. Os estudos, na sua globalidade, demonstram que a idade é um preditor significativo, principalmente quando as perpetradoras são jovens (Holmes et al., 2019; Iritani et al., 2013), podendo aumentar as taxas de perpetração com o avançar da idade (Holmes et al., 2019; Johnson et al., 2015). Em termos de vitimação, os estudos afirmam que, independentemente do género do indivíduo, a sua idade precoce (i.e., dos 11 aos 24 de idade) (Breiding et al., 2014) intensifica o risco de todos os tipos de vitimação de VRI (Chan et al., 2008), nomeadamente a violência psicológica (Li & Jin, 2012) e física menor (Holmes et al., 2019). No que concerne à VB, a literatura evidencia que indivíduos com idades mais jovens apresentam taxas superiores de VB nas suas relações de intimidade (Palmetto et al., 2013; Silva, 2021).

Relativamente à orientação sexual, são diversos os estudos que têm vindo a investigar esta temática, mais propriamente junto da comunidade LGBTQIA+ (Capinha et al., 2022). O que a literatura tem vindo a demonstrar é que, independentemente da orientação sexual do indivíduo, este pode estar envolvido na dinâmica de VRI (Capinha et al., 2022; Santos & Caridade, 2017) e mais propriamente na comunidade de LGBTQIA+, a VB é a tipologia de violência mais prevalente (e.g., Capinha et al., 2022; Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Lewis, 2015; Messinger, 2018). A título de exemplo, uma investigação de Breiding e colaboradores (2014) afirmaram que mulheres bissexuais e homens bissexuais, obtiveram

maiores percentagens de VRI em comparação com outras populações da comunidade LGBTQIA + (e.g., lésbicas, homossexuais e heterossexuais). Já o estudo de Lewis (2015), somente com população lésbica, concluiu que, 12% de mulheres estariam envolvidas em VB física e no que diz respeito aos homens, Stultes e colaboradores (2022) apuraram que 65% de homens bissexuais reportaram experiências de VB. Contudo, quando se compara a população heterossexual com a comunidade LGBTQIA+, as investigações não encontram diferenças, no que à prevalência de VB diz respeito (Branco, 2022, Capinha et al., 2022).

O estado civil pode adquirir diferentes formas (i.e., casamento, coabitação [união de facto], solteiro [pode namorar ou não] e viúvo) (Frieze, 2005; Jenkins & Aubé, 2002; Renner & Whitney, 2012) e em termos de violência, as investigações apresentam desigualdades perante a mesma, independentemente da sua tipologia (i.e., VRI unidirecional e bidirecional) e do género dos seus constituintes (Renner & Whitney, 2012). A título de exemplo, investigações anteriores afirmam que os coabitantes apresentam taxas mais altas de violência, seguido dos casados e dos que somente namoram (Magdol et al., 1998; Stets & Straus, 1989). Estes resultados vão ao encontro de investigações mais recentes, evidenciando a coabitação do casal como um fator importante para explicar a VB (Brownridge & Halli, 2000, 2002; Holmes et al., 2019; Iritani et al., 2013; Kessler et al., 2001; Melander et al., 2010; Mennicke & Wilke, 2015; Renner & Whitney, 2012).

As habilitações académicas encontram-se dispersas no espectro do ensino básico, secundário e superior. Estas são tidas como um fator protetor da violência, visto que níveis elevados de escolaridade permitem aos indivíduos uma maior capacidade de processar e utilizar eficazmente a informação, tomando decisões mais conscientes com vista à resolução de problemas, sendo persistentes, autocontrolados e gerindo o *stress* da melhor maneira (Costa et al., 2016). É expectável que, numa situação de violência, seja mais perceptível a estes indivíduos, potenciando a sua ação para procurar ajuda (Costa et al., 2016). Posto isto, o que as investigações demonstram é que níveis inferiores de educação potenciam o risco de VRI na forma psicológica (Breiding et al., 2016; Hu et al., 2021) e pressupõem um fator de risco para a VB nas relações íntimas (Holmes et al., 2019).

Quanto à situação profissional, o desemprego é apontado como um fator de risco para a violência física em ambos os géneros devido ao *stress* adjacente ao mesmo, podendo-se afirmar que existe uma relação entre o desemprego e a violência (Costa et al., 2016). Em termos de género, os homens são apontados como os principais prejudicados, devido ao estatuto e à postura social masculina, o que pode facilitar atos de VRI (Costa et al., 2016). À

semelhança do que ocorre na situação profissional, o nível socioeconómico é também um preditor significativo que condiciona a violência. A instabilidade, ausência de independência financeira ou privação da mesma provoca *stress* no indivíduo aumentando a probabilidade de ocorrência de VB (Cunradi et al., 2002). Associado à emancipação e consciencialização da igualdade de género, é cada vez mais frequente as mulheres ocuparem lugares e posições que, tendencialmente, eram executados/as/ocupados/as por homens no mundo do trabalho (Costa et al., 2016), o que lhes permite uma maior contribuição financeira para o agregado familiar. Contudo, este facto potencia o risco acrescido de vitimação por violência física para estas (Xiao & Feng, 2014), facilitando a VRI. No que concerne à VB, estudos demonstram que, quer a situação profissional, quer o nível socioeconómico predizem a vitimação e a perpetração nas relações de intimidade (Buttell et al., 2012; Holmes et al., 2019; Hu et al., 2021).

Autores como Hooker e colaboradores (2016) e Graham e colegas (2021) sugerem a existência de uma forte associação entre problemas parentais e VRI. A existência de filhos, acrescenta à relação uma variável stressora (Nash, 2016), o que pode potenciar comportamentos mais disruptivos (e.g., consumo excessivo de álcool e criação de conflitos tornando suscetível a violência) (Graham et al., 2021). O que a maioria dos investigadores tem encontrado é que a parentalidade (e.g., a vitimação era mais provável para ambos os géneros aquando da convivência com crianças) e dependendo do número de filhos (e.g., as mulheres com dois ou mais filhos são mais propensas a praticar VB) e das suas idades (e.g., idades inferiores a cinco anos potencia maior perpetração de violência), influencia a violência no sentido bidirecional (Catalano, 2012; Nash, 2016; Roberts et al., 2011). As diferenças entre géneros evidenciam que a existência de filhos na relação foi associada à perpetração por parte dos homens e vitimação por parte das mulheres. No que diz respeito ao nível de *stress* parental, Silva (2022) encontrou evidência de que altos níveis de *stress* parental estão correlacionados com exposição à VB na forma de agressão psicológica severa e coerção sexual ligeira.

Segundo diferentes investigações, tanto o álcool como outras drogas (O'Donnell et al., 2006) são preditores de violência para ambos os géneros (Caetano et al., 2005; Foshee et al., 2001; Renner & Whitney, 2012). O álcool é tido como um desinibidor com efeitos sentidos a vários níveis (e.g., perturbações cognitivas, capacidade de resolução de problemas, foco de atenção reduzido, entre outros) podendo precipitar a VRI (Leonard & Quigley, 2017) ou, o seu consumo podendo ser consequência da mesma (Devries et al., 2014). Assim, esta

variável é associada positivamente à agressão física (Bushman & Cooper, 1990), sendo que, os homens que consomem álcool são tendencialmente mais agressivos para com alvos de ambos os géneros em comparação com homens que não consomem (Crane et al., 2016). Relativamente às mulheres, os estudos demonstraram que aquelas que bebem excessivamente, com maior frequência ou que têm alguma perturbação do foro alcoólico são mais propensas a perpetrar VRI em comparação com mulheres que não apresentam este comportamento aditivo (Crane et al., 2014; Iritani et al., 2013). Em termos de VB, o consumo excessivo (i.e., o padrão do álcool ingerido¹ [Research & Staff, 2018]) difere entre géneros, associando-se a perpetração aos homens e a vitimação às mulheres (Testa et al., 2003; Tillyer & Wright, 2014).

Também a presença de perturbações psicológicas revela-se um importante preditor da violência, porém, dependente das características específicas da condição psicológica em questão e sociodemográficas dos indivíduos (e.g., género, entre outros) (Holmes et al., 2019). No que concerne às mulheres, várias condições psicológicas, nomeadamente baixa auto-estima (Foshee et al., 2004; Renner & Whitney, 2012), depressão (Edwards et al., 2006), perturbação de stress pós-traumático, perturbação de ansiedade generalizada, fobia social, perturbação de personalidade borderline, perturbação de personalidade antissocial e perturbação bipolar, foram associadas a maiores níveis de perpetração de VRI (Henning et al., 2003, Shorey et al., 2012). Contudo, alguns estudos não conseguiram demonstrar esta associação positiva entre as perturbações mentais e a VRI (Swan et al., 2005) o que corrobora a complexidade do fenómeno e da grande necessidade de se perpetuar o estudo dos possíveis preditores do mesmo (Holmes et al., 2019).

Pertinência do estudo

Com base na literatura e nos dados existentes relativos à prevalência global de VRI, pode-se afirmar que a VB configura-se como potencialmente mais prevalente do que os estudos iniciais acerca da VRI apontavam (e.g., Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Silva, 2021; Machado et al., 2023). Agregado a esta evidência, vários investigadores afirmam a importância do conhecimento do contexto e das variáveis sociodemográficas subjacentes que permitam a compreensão completa do fenómeno (Mennicke & Wilke, 2015). Todavia, atualmente ainda são poucos os trabalhos que se debruçam especificamente sobre a VB, principalmente em Portugal. Assim, o principal foco desta investigação é a compreensão de

¹ A Organização Mundial de Saúde define como consumo excessivo consumir 60 gramas ou mais de álcool em pelo menos uma ocasião nos últimos 30 dias

potenciais preditores da VB nas relações de intimidade. Tal poderá auxiliar na promoção não só de um maior reconhecimento do fenómeno na comunidade científica, mas também, permitir no domínio da formação de profissionais a elaboração de ações de prevenção e intervenções mais eficazes.

Assim, os objetivos deste trabalho comportam: a) Analisar a prevalência da VB e b) Explorar qual/quais o/s preditor/es sociodemográfico/s com maior influência na VB.

Metodologia

Esta investigação apresenta um *design* quantitativo transversal

Amostra

Os/as participantes deste estudo foram recolhidos através duma amostra de conveniência da comunidade em Portugal. Os critérios de inclusão para a participação no estudo foram: a) ter idade igual ou superior a 18 anos; b) ter estado ou estar numa relação de intimidade pelo tempo mínimo de um mês e, por último, c) residir em território português. A amostra total deste estudo foi constituída por 781 participantes. No entanto, por ausência de resposta a determinados itens, a amostra total foi de 580 participantes.

A amostra constituiu-se por 498 participantes do género feminino, 81 do género masculino e 1 participante que se identificou como não binário. A idade apresentou um valor médio de 29.0 anos ($DP = 10.4$), variando entre o mínimo de 18 anos e o máximo de 68 anos. Os restantes dados sociodemográficos podem ser consultados abaixo na tabela 1.

Tabela 1

Dados Sociodemográficos dos Participantes (N = 580)

	n	%
Género		
Feminino	498	85.9
Masculino	81	14.0
Não binário	1	.2
Orientação sexual		
Heterossexual	527	90.9
Lésbica	9	1.6
Queer	1	.2
Gay	5	.9
Bissexual	28	4.8

Outra	5	.9
Prefiro não responder	5	.9
Nacionalidade		
Portuguesa	556	95.9
Alemã	1	.2
Brasileira	11	1.9
Cabo Verde	9	1.5
Suíça	1	.2
Relação de intimidade atual		
Sim	455	78.4
Não	124	21.4
Prefiro não responder	1	.2
Tem filhos		
Sim	152	26.2
Não	428	73.8
Estado Civil/Situação		
Conjugal		
Solteiro	394	67.9
Casado/União de Facto	148	25.5
Divorciado/Separado	34	5.9
Viúvo	1	.2
Prefiro não responder	3	.5
Habilitações Académicas		
2º Ciclo do ensino básico (6º ano)	4	.7
3º Ciclo do ensino básico (9º ano)	23	4.0
Ensino Secundário (12º ano)	173	29.8
1º Ciclo do ensino superior/Licenciatura	246	42.4
2º Ciclo do ensino	129	22.2

superior/Mestrado		
Doutoramento	5	.9
Situação Profissional		
Empregado	290	50.0
Desempregado	55	9.5
Trabalhador-estudante	56	9.7
Estudante	176	30.3
Reformado	1	.2
Prefiro não responder	2	.3
Nível socioeconómico		
Baixo	57	9.8
Médio-Baixo	168	29.0
Médio	276	47.6
Médio-Alto	44	7.6
Alto	3	.5
Prefiro não responder	32	5.5
Residência		
Continente	567	97.8
Ilhas	13	2.2
Local onde habita		
Zona Rural	135	23.3
Zona Urbana	442	76.2
Prefiro não responder	3	.5
Consumo de álcool		
Sim	263	45.3
Não	315	54.3
Prefiro não responder	2	.3
Consumo de substâncias ilícitas		
Sim	2	.3
Não	575	99.1
Prefiro não responder	3	.5

Diagnóstico de Perturbação

Mental

Sim	158	27.2
Não	416	71.7
Prefiro não responder	6	1.0

Instrumentos

Os instrumentos utilizados neste estudo foram:

Questionário sociodemográfico, que se destina à recolha de dados relativamente ao género, orientação sexual, idade, nacionalidade, estado civil/situação conjugal, se está envolvido numa relação de intimidade, habilitações académicas, situação profissional, nível socioeconómico, residência, local onde habita, consumos e perturbações mentais.

Escala Tática de Conflitos Revista (CTS2; Straus et al., 1996; versão portuguesa de Paiva e Figueiredo, 2006). Esta escala avalia a forma como os casais resolvem os seus problemas, podendo adotar diferentes estratégias, nomeadamente a negociação (e.g., recurso à argumentação racional, comunicação de afeto positivo ou expressão de sentimentos de cuidado e respeito por outrem) e a violência (e.g., abuso físico sem sequelas [Straus, 1990]; agressão psicológica [Straus, 1990]; coerção sexual; e, por último, o abuso físico com sequelas) (Straus et al., 1996). A escala de negociação não foi considerada para esta investigação. Este instrumento é constituído por 39 itens agrupados em pares de perguntas destinadas aos participantes e respetivo/a companheiro/a (total de 78 questões), com um formato breve e tempo médio contabilizado de resposta a variar entre 10 a 15 minutos. A CTS2 permite contabilizar o número de ocorrências durante o ano transato por parte de ambos os elementos do casal, de acordo com oito categorias de resposta, sendo que as primeiras seis categorias são referentes à prevalência e cronicidade no ano passado (i.e., [(1) *uma vez no ano anterior*, (2) *duas vezes no ano anterior*, (3) *3-5 vezes no ano anterior*, (4) *6-10 vezes no ano anterior*, (5) *11-20 vezes no ano anterior*, (6) *mais de 20 vezes no ano anterior*]) [Paiva & Figueiredo, 2006, p. 16]). As restantes categorias determinam a prevalência global (i.e., [(7) *não no ano anterior, mas ocorreu anteriormente*] e a inexistência deste tipo de abuso [(8) *nunca aconteceu*]) [Paiva & Figueiredo, 2006, p. 16]). A par disto, importa ressaltar que a prevalência diz respeito à percentagem de participantes que relatam um ou mais atos para cada escala (Paiva & Figueiredo, 2006). No que concerne à cotação, devido à utilização de diversas táticas de resolução de conflitos, os autores aconselham o uso da prevalência e

cronicidade, fornecendo indicações para um total de 30 resultados possíveis (Paiva & Figueiredo, 2006). Já a frequência anual é estimada pela soma de cada item, conforme anteriormente apresentado, atribuindo às primeiras seis escalas o valor de 100 (i.e., ocorreu no ano anterior) e às restantes duas escalas o valor de 0 (i.e., não ocorreu no ano anterior), obtendo somente a prevalência no ano anterior.

A nível de consistência interna, a CTS2 apresenta índices de boa validade e fidelidade. Na sua versão original (Straus et al., 1996) os valores são os seguintes: negociação ($\alpha = .86$); agressão psicológica ($\alpha = .79$); abuso físico sem sequelas ($\alpha = .86$); abuso físico com sequelas ($\alpha = .95$); e coerção sexual ($\alpha = .87$). Valores semelhantes foram encontrados na versão portuguesa, (Paiva & Figueiredo, 2004), em que os resultados globais obtidos para a perpetração são de $\alpha = .79$ e para a vitimização de $\alpha = .80$. Deste modo, a escala do abuso físico sem sequelas apresenta valores de consistência superiores (i.e., $\alpha = .78$ para a perpetração e para a vitimação $\alpha = .74$), seguidos da negociação (i.e., $\alpha = .73$ para a perpetração e $\alpha = .71$ para a vitimação), da agressão psicológica (i.e., para a perpetração é $\alpha = .68$ e para a vitimação $\alpha = .64$), da coerção sexual (i.e., $\alpha = .56$ para a perpetração e $\alpha = .51$ para a vitimação) e do abuso físico com sequelas (i.e., para a perpetração é $\alpha = .50$ e para a vitimação o $\alpha = .47$). No presente estudo, os valores de consistência encontrados foram bons, quer na Escala de Perpetração ($\alpha = .87$), quer na Escala de Vitimação ($\alpha = .87$). Em específico, a escala do abuso físico com sequelas revelou valores de consistência mais elevados (i.e., para a perpetração o $\alpha = .91$ e para a vitimação o $\alpha = .95$) em comparação com as restantes escalas, nomeadamente no abuso físico sem sequelas (i.e., para a perpetração é $\alpha = .85$ e para a vitimação é $\alpha = .88$), na coerção sexual (i.e., para a perpetração o $\alpha = .74$ e para a vitimação o $\alpha = .68$) e na agressão psicológica (i.e., para a perpetração é $\alpha = .63$ e para a vitimação é $\alpha = .63$).

Procedimentos

O presente estudo foi realizado pela Universidade Lusófona, nos centros universitários do Porto e de Lisboa. Este estudo foi previamente submetido e aprovado pelo Comité de Ética e Deontologia da Investigação Científica (CEDIC) da Escola de Psicologia e Ciências da Vida (EPCV) do centro universitário do Porto. O protocolo de investigação apresentado aos participantes iniciava com o consentimento informado, em que estava descrito o objetivo do estudo, informações sobre a confidencialidade e o tratamento dos dados e o carácter voluntário da participação, com a possibilidade de desistência sem qualquer prejuízo ao respondente. A recolha de dados, foi realizada *online*, através da plataforma

Qualtrics, obedecendo ao Regulamento Geral Nacional de Proteção de Dados. A divulgação do presente estudo foi operacionalizada, através das redes sociais (e.g., Facebook, Instagram) e fóruns universitários. Primordialmente foi aplicado o questionário sociodemográfico aos participantes e seguidamente a escala CTS2. Os dados recolhidos foram tratados e acedidos somente por pessoal envolvido no estudo e a sua utilização foi exclusiva para fins estatísticos, encontrando-se a informação anonimizada.

Análise de dados

A presente investigação recorreu ao software estatístico Statistical Package for Social Sciences – SPSS (versão 28.0) de modo a analisar os dados recolhidos. Após a recolha dos dados, estes foram, primeiramente, submetidos a uma análise descritiva, que contemplou medidas de tendência central (e.g., média [M]) e medidas de dispersão (e.g., desvio-padrão [DP], valores mínimos [Min] e máximos [Max]).

No que concerne à análise de inferência, a distribuição pende para a normalidade quando as amostras em investigação são grandes. Segundo a literatura, amostras com dimensão superior a 30 elementos nos grupos em investigação, pressupõem-se que a violação do pressuposto da normalidade não compromete as conclusões (Gravetter & Wallnau, 2000; Murteira et al, 2007; Stevens, 1996 citado em Cardão, 2022). Quanto ao critério de decisão, quando o valor do *p* value for igual ou inferior a 5% (.05), isto indica a rejeição da hipótese nula, aceitando a hipótese alternativa. Caso contrário aceita-se a hipótese nula.

Em termos de objetivos, procedeu-se à verificação da prevalência da VB na amostra (i.e., objetivo 1). Por conseguinte, de forma a proceder-se a esta análise, verificou-se a necessidade de criar uma nova variável (i.e., variável Direcionalidade) e categorizar a amostra em 3 categorias, nomeadamente: 0) Sem violência (i.e., participantes que não reportaram vitimação nem reportaram perpetração); 1) VB (i.e., participantes que reportaram quer comportamentos de vitimação quer comportamentos de perpetração); 2) VU (i.e., participantes que reportaram comportamentos só perpetração ou só vitimação), sendo que para este efeito foi somente considerada a prevalência anual. Referente à CTS2, foi também analisada a frequência das respostas dos participantes, considerando as escalas e subescalas que compõem o instrumento, tendo sido somente considerado a amostra que reportou VB.

Na presente investigação, recorreu-se quer a testes paramétricos, quer a testes não paramétricos. Estas decisões foram tomadas considerando a natureza das variáveis em estudo, os pressupostos de cada teste e o objetivo final de resposta aos objetivos propostos.

Considerando estas últimas informações, procedeu-se à testagem dos diferentes preditores que poderiam explicar a presença de VB na amostra, procurando responder ao objetivo 2 (i.e., “*Explorar qual/quais o/s preditor/es com maior influência na VB*”). Antes de se proceder às análises estatísticas, procedeu-se à recodificação da variável Direcionalidade, inicialmente constituída por 3 níveis (i.e., Sem Violência, VB e VU), para 2 níveis – ausência de violência e VB. Recorreu-se então, ao teste paramétrico da correlação ponto bisserial entre a idade (intervalar) e a variável da Direcionalidade (nominal dicotómica) e o teste não paramétrico Qui-quadrado para as restantes variáveis (i.e., género, nacionalidade, orientação sexual, estado civil, estar ou não numa relação de intimidade, habilitações académicas [ordinal], situação profissional, nível socioeconómico [ordinal], parentalidade, álcool, outras substâncias, local onde habita e perturbações psicológicas) e a variável da Direcionalidade (nominal dicotómica). Após estas testagens e a verificação de valores significativos, optou-se por se realizar uma regressão logística, de forma a estudar a relação entre uma variável dependente (VB) e uma ou mais variáveis independentes (preditoras).

Resultados

Prevalência da Violência Bidirecional: Prevalência Anual

Nesta investigação, através da análise descritiva dos dados, o padrão de violência mais predominante entre a comunidade em Portugal foi a VB (60.6%) e a tipologia sem violência foi a segunda mais prevalente (39.4%).

Influência dos Preditores na Violência Bidirecional: Prevalência Anual

A análise efetuada neste parâmetro considerou somente a população que reportou VB, tendo-se efetuado correlações com todas as variáveis do questionário sociodemográfico (i.e., género, idade, nacionalidade, orientação sexual, parentalidade, habilitações académicas, situação profissional, nível socioeconómico, zona onde habita, álcool e outras substâncias e perturbação mental) que poderiam explicar ou predizer o fenómeno. Primeiramente foi encontrado, num teste Qui-Quadrado, uma correlação significativa entre o “*estar numa relação de intimidade*” e o “*estado civil/situação conjugal*” e a variável Direcionalidade. Isto evidencia que aqueles que se encontram numa relação de intimidade apresentam uma maior percentagem de VB em comparação com aqueles que não estão numa relação de intimidade. No que se refere ao estado civil, a categoria de solteiro apresenta uma maior percentagem de VB tendo em consideração as outras categorias (i.e., casado/união de facto, divorciado/separado e viúvo). Estes dados podem ser analisados na tabela 2. Relativamente às outras variáveis sociodemográficas, na tabela 3 e 4 é possível verificar-se que não foram

encontrados resultados estatisticamente significativos, ou seja não demonstrando correlações para com a VB.

Tabela 2

Variáveis sociodemográficas que se demonstraram significativas com a VB

Violência Bidirecional	Não		Sim		X ²	p
	n	%	n	%		
Estar numa relação de intimidade						
Sim	137	67.2	267	85.3	23.812	<.001*
Não	67	32.8	46	14.7		
Estado Civil/Situação Conjugal						
Solteiro	149	73.0	205	65.7	12.202	.007*
Casado/União de facto	37	18.1	93	29.8		
Divorciado/Separado	17	8.3	14	4.5		
Viúvo	1	0.5	0	0.0		

* $p < .05$.

Tabela 3

Variáveis sociodemográficas que não se demonstraram significativas com a VB

Variável	N	p
Idade	518	.901*

* $p < .05$.

Tabela 4

Variáveis sociodemográficas que não se demonstraram significativas com a VB

Violência Bidirecional	Não		Sim		X ²	p
	n	%	n	%		

Sexo						
Feminino	179	87.7	266	85.0		
Masculino	25	12.3	47	15.0	.785	.375*
Orientação Sexual						
Heterossexual	193	95.1	280	90.0		
Lésbica	2	1.0	6	1.9		
Gay	0	0	4	1.3	6.440	.169*
Bisexual	8	3.9	18	5.8		
Outra	0	0	3	1.0		
Nacionalidade						
Portuguesa	197	96.6	299	95.2	.551	.458*
Outra	7	3.4	15	4.8		
Ter filhos						
Sim	48	23.5	85	27.1	.812	.367*
Não	156	76.5	229	72.9		
Habilitações académicas						
2º ciclo do ensino básico (6º ano)	3	1.5	1	0.3		
3º ciclo do ensino básico (9º ano)	7	3.4	12	3.8		
Ensino secundário 1º ciclo do ensino superior/Licenciatura	59	28.9	94	29.9	2.585	.764*
1º ciclo do ensino superior/Licenciatura	88	43.1	133	42.4		
2º ciclo do ensino superior/Mestrado	46	22.5	71	22.6		
Doutoramento	1	0.5	3	1.0		
Situação profissional						
Empregado	98	48.0	154	49.2		
Desempregado	22	10.8	31	9.9		
Trabalhador- estudante	21	10.3	32	10.2	1.666	.797*
Estudante	62	30.4	96	30.7		
Reformado	1	0.5	0	0.0		

Nível socioeconómico						
Baixo	21	11.0	30	10.1		
Médio-Baixo	60	31.4	91	30.5		
Médio	95	49.7	148	49.7	2.153	.708*
Médio-Alto	15	7.9	26	8.7		
Alto	0	0.0	3	1.0		
Local onde habita						
Zona Rural	52	25.6	69	22.1	.838	.360*
Zona Urbana	151	74.4	243	77.9		
Consumo de álcool						
Sim	93	45.8	141	45.0	.029	.865*
Não	110	54.2	172	55.0		
Substâncias ilícitas						
Sim	0	0.0	2	0.6	1.313	.252*
Não	204	100.0	310	99.4		
Perturbação Mental						
Sim	57	28.1	90	29.1	.798	.798*
Não	146	71.9	219	70.9		

* $p < .05$.

Visto que o “estado civil/situação conjugal” apresenta diversas categorias na sua codificação, viu-se a necessidade de se recodificar esta variável, de forma a proceder-se à análise seguinte. A recodificação foi feita perante as diferentes categorias (i.e., solteiro; casado/união de facto; divorciado/separado; viúvo).

Neste sentido, foi realizado um modelo de regressão logística binária, de forma a verificar se o estado civil/situação conjugal e o estar numa relação de intimidade poderão ser preditores de VB. O modelo foi estatisticamente significativo ($X^2(4) = 28.811$; $p = < .001$, $R^2\text{Nagelkerke} = .074$) e indicou que os indivíduos que estejam numa relação tem uma probabilidade de 2.45 maior de estarem envolvidos em VB ($OR = 2.457$; $p = < .001$; IC 95% = 1.563 – 3.862). Participantes que detenham alguns dos critérios do estado civil/ situação conjugal, não se apurou nenhum resultado significativo enquanto potenciais preditores de VB, ao contrário do que aconteceu com o preditor de estar numa relação de intimidade, como se pode verificar na tabela 5.

Tabela 5

Regressão Logística Binária entre as variáveis sociodemográficas significativas e a VB

	B	SE	t	p	95% CI	
					Inferior	Superior
Estar numa relação de intimidade	.899	.231	15.183	< .001*	1.563	3.862
Solteiro	-21.767	40169.885	.000	1.000	.000	-
Casado/União de facto	-22.140	40169.885	.000	1.000	.000	-
Divorciado/Separado	-21.432	40169.885	.000	1.000	.000	-

* $p < .05$.

Note: CI = intervalo de confiança.

Discussão

Esta investigação apresentou um estudo exploratório, acerca da prevalência da VB e dos seus possíveis preditores sociodemográficos. Atendendo à escassez de estudos desta temática em Portugal, este estudo contribui para uma compreensão mais ampliada acerca da heterogeneidade e a natureza complexa do fenómeno da VB, no contexto da população portuguesa (e.g., Capinha et al., 2022; Hu et al., 2021; Machado et al., 2019; Silva, 2021).

No caso do primeiro objetivo “*Analisar a prevalência da VB*”, partiu-se do pressuposto de que a VB é a tipologia de violência mais prevalente na comunidade (e.g., Capinha et al., 2022; Langhinrichsen-rohling et al., 2012; Machado et al., 2019; Machado et al., 2023; Silva, 2021). Considerando os resultados obtidos, verificou-se que 60.6% da população reportou ter experienciado VB. Estes resultados vão ao encontro de estudos anteriormente realizados, comprovando que nas relações de intimidade, a VB é o padrão mais prevalente de violência nas diversas amostras populacionais (Branco, 2022; Capinha et al., 2022).

No que diz respeito ao segundo objetivo, “*Explorar qual/quais o/s preditor/es sociodemográfico/s com maior influência na VB*”, esta investigação procurou explicar a complexidade deste fenómeno à luz da influência de diferentes possíveis preditores (Holmes et al., 2019). Tendo em consideração a literatura já existente, considerou-se os dados sociodemográficos como potenciais preditores, sendo que noutras investigações foram apontados como fatores de risco (e.g., Renner & Whitney, 2012). Tendo em conta os

resultados obtidos, podemos concluir que não foi encontrada uma correlação entre a maioria das variáveis sociodemográficas e a VB, tendo somente numa primeira fase sido considerados o estado civil/situação conjugal e o estar numa relação de intimidade. Estes resultados levantam algumas questões perante a literatura já existente, como descrito nos parágrafos seguintes.

De entre as variáveis que se demonstraram significativas neste estudo, identifica-se o estado civil. Este conseguiu correlacionar-se com a VB, mas não ficou comprovado que seria um preditor para a mesma, aquando da regressão logística efetuada. Tendo em consideração os estudos anteriores, estes resultados vão ao encontro da literatura (Renner & Whitney, 2012). No entanto, e apesar de o estado civil não ter sido comprovado preditor, o fator coabitação não foi explorado e este pode trazer mais informações a nível contextual da relação e da dinâmica da violência que se cria entre o casal (Brownridge & Halli, 2000, 2002; Holmes et al., 2019; Iritani et al., 2013; Kessler et al., 2001; Melander et al., 2010; Mennicke & Wilke, 2015; Renner & Whitney, 2012). Esta hipótese pode ser o grande fator que possibilitaria ter resultados diferentes ou potenciar a exploração em investigações futuras, pois o estar numa relação de intimidade foi considerado um preditor de VB nesta investigação.

Perante este resultado, e atendendo ao que a literatura evidencia, o estar numa relação de intimidade está, maioritariamente, associada à qualidade de vida e saúde de forma positiva (Neto & Féres-Carneiro, 2010; Scorsolini-Comin & Santos, 2010; Wilhelm & Oliveira, 2011). Este resultado leva à reflexão acerca dos fatores de risco e/ou preditores que possam estar a influenciar a associação entre estas duas variáveis que explique a manutenção nesta relação perante a violência perpetrada e sofrida. Tendo em consideração os resultados obtidos nesta investigação, uma das hipóteses consideradas prende-se com fatores que podem não ter sido considerados como preditores, mas que representam um fator de risco e um possível preditor para algumas das variáveis presentes na VB. São estes, a satisfação conjugal (Rosado & Wagner, 2015; Scorsolini-Comin & Santos, 2010), coabitação do casal (e.g., Holmes et al., 2019; Mennicke & Wilke, 2015), motivações e justificações para a violência (Hu et al., 2021), estilos de resolução de conflitos, duração do relacionamento (Hu et al., 2021) e o *stress* (Costa et al., 2016; Cunradi et al., 2002). Considera-se ainda que, são necessárias análises mais complexas que considerem a inter-relação entre os preditores, como poderá ser o caso de análises de perfil latentes ou análises de classes latentes.

Já nas variáveis sociodemográficas que não se mostraram significativas, encontra-se o género, que não se correlacionou com a VB, corroborando o que a literatura existente afirma (Stuart et al., 2006). Contudo, é importante refletir-se acerca dos dados da amostra, onde é possível perceber-se algumas limitações a nível do número de mulheres ser muito superior em comparação com o número dos homens nesta investigação, mais propriamente 498 e 81, respetivamente. A hipótese explicativa apresentada para este fenómeno é que poderá ainda existir uma grande influência da perspetiva feminista e do estigma do patriarcado o que dificulta obter-se amostras mais equiparadas e resultados mais fidedignos e representativos da investigação (Langhinrichsen-Rohling et al. 2012; Machado et al., 2019; McMahon & Farmer, 2011; Palmetto et al., 2013). Este facto, evidencia uma ponderação na interpretação dos resultados e a necessidade de uma intervenção ao nível da consciencialização da população acerca da VB.

Quanto à orientação sexual, os resultados vão ao encontro de investigações anteriores, sendo que não houve uma correlação entre a variável em questão e a VB. A este respeito, importa ter em consideração a disparidade de amostra LGBTQIA+ e heterossexual, uma vez que os números são bastante heterogéneos (48 em comparação com 527, respetivamente) e que isso pode ter influência nos resultados. Propõem-se então, realizar investigações que apresentem amostras mais homogéneas de forma a averiguar-se a real influência da orientação sexual na VB.

No que concerne à idade, já tinha sido averiguado na literatura que este seria um preditor que influencia a VRI (Breiding et al., 2014; Holmes et al., 2019; Iritani et al., 2013) e que na VB a sua influência seria mais determinante perante idades mais jovens (Palmetto et al., 2013; Silva, 2021). No entanto, e considerando os resultados desta investigação, a idade, apesar de abranger faixas etárias bastante dispare, entre os 18 e os 68 anos, não se correlacionou com a VB. Neste sentido, hipotetiza-se que provavelmente a idade poderá influenciar os tipos de violência dentro do espectro da VB e não ser um preditor da mesma, como já foi verificado anteriormente (Chan et al., 2008; Li & Jin, 2012; Holmes et al., 2019). Prevê-se então que não haja necessidade de se estudar a idade por preditor, mas possivelmente numa inter-relação com outras variáveis sociodemográficas.

O mesmo terá acontecido com a situação profissional e o estatuto socioeconómico, sendo que os resultados desta investigação também não foram consistentes com a literatura anterior (Buttell et al., 2012; Holmes et al., 2019; Hu et al., 2021), não se tendo verificado como preditores da VB. Todavia, em comparação com outras investigações, poder-se-ia ter

considerado outras circunstâncias dentro destes fatores de risco, nomeadamente a duração do desemprego (Costa et al, 2016), a satisfação com o emprego, entre outras. Considerando ainda o fator do *stress*, muitas vezes identificado como presente na relação entre as variáveis e a VB (Costa et al., 2016; Cunradi et al., 2002), será de se salientar que uma investigação acerca deste possível mediador, poderá dar mais informação acerca desta dinâmica. Desta forma, recomenda-se estudos futuros que atendam a estas especificidades das variáveis em questão.

À semelhança das variáveis anteriores, também as habilitações académicas não coincidiram com a literatura já existente, não se considerando um preditor da VB. A possível hipótese que se coloca perante este resultado é que, as habilitações académicas podem ser consideradas um fator de risco para a VB nas relações íntimas (Holmes et al., 2019), mas não um preditor para a mesma. Propõem-se que esta variável seja testada em futuros estudos, perante as tipologias de violência pertencentes ao espectro da VB (e.g., violência psicológica, sexual e/ou física), podendo perceber melhor o seu contributo para a dinâmica de violência.

Quanto aos resultados referentes à parentalidade, estes não foram ao encontro de anteriores investigações, não tendo sido considerado um preditor para a VB. Atendendo que somente se considerou a existência ou não de filhos na relação, existe a necessidade de olhar para números concretos, sendo que 428 participantes não apresentaram ter filhos em comparação com 152 que detém filhos. Esta diferença é bastante redutora do ponto de vista da disparidade de resultados que condiciona as comparações. A este respeito, existem dados que não se apuraram, uma vez que não eram o foco desta investigação (e.g., número de filhos e idades dos mesmos; se existia alguma gravidez a decorrer, entre outros), que poderiam dar informações mais completas acerca da predição do fenómeno da VB (Catalano, 2012; Nash, 2016; Roberts et al., 2011). Hipotetiza-se ainda que, tendo em consideração as diferentes dinâmicas que se encontram atualmente a ser desenvolvidas nas relações de intimidade, sugere-se especial atenção aos papéis de género e sexuais (i.e., são conceptualizados ainda de forma tradicional – perspectiva feminista e VU) que são desempenhados numa dinâmica de VB e mais propriamente na presença de crianças (Graham et al., 2021). O fator de *stress* parental também poderá ser um dos aspetos a considerar em investigações futuras, devido ao seu papel como mediador considerando as diferentes variáveis na equação (Silva, 2022).

Perante os resultados do consumo de álcool e drogas na presente amostra, estes dados não se mostraram significativos nem correlacionados com a VB o que não corrobora a literatura. Identificado como um desinibidor que poderia potenciar a VRI (Leonard & Quigley, 2017), o resultado desta investigação levanta a questão de que o consumo de álcool

sem um termo de comparação (i.e., o padrão do álcool ingerido² [Research & Staff, 2018]), não é suficiente para conseguir-se prever a VB. Já no tópico das drogas, a investigação contou somente com a existência de 2 indivíduos que admitem consumos de substâncias ilícitas em oposição a 575 na presente amostra, o que não permite uma análise destes dados. Sugere-se apostar em estudos onde haja um entendimento mais global relacionado com a problemática dos consumos, onde se apure e distinga a definição de “uso” e “abuso” (Larsen & Hamberger, 2015), as suas consequências ao nível da criação ou agudização dos problemas na relação e com que frequência é que é que isso acontece, entre outros.

Relativamente às perturbações psicológicas, estas não se mostraram correlacionadas com a VB, não podendo ser tidas como preditoras da mesma. Sendo que, a própria literatura apresenta dados muito díspares (e.g., Shorey et al., 2012; Swan et al., 2005), será essencial considerar-se alguns aspetos, nomeadamente que nesta investigação foram tidas em conta as perturbações diagnosticadas e não as especificidades das mesmas. Pressupõem-se então, que a predição da VB poderá estar associada às especificidades das perturbações e não somente ao seu diagnóstico ou não, sendo que também se levanta a questão de que, pode haver falsos diagnósticos ou ainda perturbações por serem diagnosticadas. Estudos futuros deverão investir neste campo.

Por fim, dentro do grupo das variáveis que foram testadas e que não se mostraram significativas, resta abordar a nacionalidade e o local de habitação. Estas variáveis não foram consideradas preditores da VB, o que leva a um levantamento de hipóteses explicativas para este fenómeno. Possivelmente a heterogeneidade dos dados recolhidos (e.g., existência de 556 indivíduos com nacionalidade portuguesa em comparação com 22 participantes de outras nacionalidades e 442 indivíduos residentes da zona urbana em comparação com 135 residentes da zona rural) poderá ter influenciado os resultados. Em concordância com estes resultados, a própria literatura portuguesa sobre estas variáveis é bastante escassa, sendo que os artigos existentes advêm dos EUA (Iritani et al., 2013; Breiding et al., 2014; Mennicke & Wilke, 2015) e da China (Hu et al., 2021) o que implica uma ponderação na interpretação de resultados. Posto isto, recomenda-se a exploração destas variáveis na população e contexto português, percebendo o seu contributo para o fenómeno da VB.

Limitações

² A Organização Mundial de Saúde define como consumo excessivo consumir 60 gramas ou mais de álcool em pelo menos uma ocasião nos últimos 30 dias

No que concerne a este estudo, o seu contributo para melhor explicação e compreensão da temática da VB são inegáveis. Contudo, existiram algumas limitações metodológicas que podem ter influenciado os resultados obtidos.

A primeira limitação foi o método de recolha da amostra, que foi realizado somente *online* através da plataforma *Qualtrics* e nas redes sociais. Visto ter sido uma recolha exclusivamente *online*, e apesar de ser apontada como um método que potencia a redução de desejabilidade social, este método acarreta outras contrariedades, nomeadamente no formato de divulgação (i.e., redes sociais formais e informais) que normalmente atrai população mais jovem, excluindo aqueles que não tenham acesso à internet ou que não detenham alguma literacia digital que possa ser necessária, delimitando a população alvo (Batista et al., 2021). Visto ser um tema menos estudado e do pouco conhecimento atual da população, este questionário ao ser realizado via *online* não permite auxiliar no esclarecimento de quaisquer dúvidas aos participantes acerca da compreensão das questões colocadas (Faleiros et al., 2016). Dentro ainda deste método podemos averiguar a altura em que esta recolha de dados foi efetuada, que remonta à altura da Covid-19, onde se verificou uma grande afluência de estudos nesta última vertente o que poderá ter condicionado a divulgação deste estudo. Outra limitação apontada é ao facto de estes dados terem neste momento mais de 2 anos, o que pode indicar que se, neste momento, recolhêssemos uma nova amostra poderíamos ter outros resultados diferentes dos atuais.

No que concerne à desejabilidade social, segundo a literatura, o ser humano tem tendência a responder ao que lhe é solicitado com respostas padrão, consideradas adequadas para a comunidade e em concordância com a mesma. Assim sendo, apesar do método assegurar o anonimato, esta pode estar manifesta nas respostas reportadas (Andrade, 2020).

Quanto à representatividade, esta foi uma amostra de conveniência e por isso considera-se uma limitação (Andrade, 2020). Por ser uma amostra não probabilística, isto implica que, não se possa recorrer a ferramentas estatísticas (i.e., a margem de erro e o nível de confiança) que nos possibilitem obter estimativas extrapoláveis para a população em virtude do método de amostragem utilizado (Ochoa, 2015). Isto requer alguma cautela na interpretação dos resultados, nomeadamente no que diz respeito à generalização das conclusões (Zangirolami-Raimundo et al., 2018). Onde isto é visível é no número considerável desproporcional entre homens e mulheres no que concerne ao género (i.e., 498 mulheres e 81 homens), à orientação sexual (i.e., predomina a heterossexualidade com 527 participantes), à parentalidade (i.e., apresentam-se 152 com filhos e 428 sem filhos) e ao local

de residência (i.e., a maioria da amostra provem da zona urbana em detrimento da zona rural). Considerando ainda um estudo levado a cabo por Jackson e colaboradores (2014), estes atestaram que os indivíduos que sofrem qualquer tipo de abuso, tendem maioritariamente a responder a questionários relacionados com esse tema, justificando assim, que esta amostra pode não ser representativa da população.

Também o instrumento CTS2, apesar de ser um dos instrumentos mais usados para medir a violência e o conflito entre os casais devido à sua fidelidade dos valores de consistência interna, também foi alvo de críticas. As críticas a esta nova versão prendem-se com a impossibilidade de se perceber o contexto e as motivações por detrás da perpetração (Jones et al., 2017) e que os relatos retrospectivos cujo intervalo de tempo seja superior a um ano, condicionam a aferição com precisão das verdadeiras taxas de violência (Paiva & Figueiredo, 2006).

Outra limitação encontrada foi ao facto de não haver consenso na literatura quanto à definição de VB o que condicionou a pesquisa de artigos científicos sobre bidirecionalidade na VRI. Sendo este fenómeno estudado mais recentemente no mundo e mais propriamente em Portugal, existe uma escassez muito grande em artigos, sendo a maioria dos artigos sobre esta temática levados a cabo por países mais desenvolvidos da Europa e pelos Estados Unidos. Posto isto, ter-se-á que atender a termos de comparação que têm que ser ponderados, visto haver condições sociodemográficas diversas de país para país.

Quanto aos preditores aplica-se o mesmo exemplo, sendo esta investigação considerada pioneira nesse aspeto. Sabe-se que o contexto tem um papel fundamental na VRI, mas ainda muito fica por explicar por ser uma área que recentemente começou a ser investigada. Existem várias investigações que atendem à exploração do fenómeno nas suas mais diversas vertentes, tais como: tipologia de violência sofrida e perpetrada (e.g., Branco, 2022; Muftic et al., 2015), prevalência da violência (e.g., Renner & Whitney, 2012), consequências da VB (Black, 2011; Breiding et al., 2014) e do contexto à procura de preditores da VB (e.g., Mennicke & Wilke, 2015; Holmes et al., 2019; Graham et al., 2021). Contudo, a nível nacional são raras aquelas que nos dão informações acerca do tópico dos preditores, obrigando a que os resultados sejam comparados com investigações estrangeiras (Machado et al., 2023), constituindo-se uma limitação a esta investigação. Isto evidencia uma carência de estudos a nível nacional no que concerne a preditores da VB e por isso os termos de comparação terão que ser operacionalizados com cautela.

Implicações práticas

Em suma, resta referir que se considera que esta investigação teve um contributo para a orientação prática da prevenção, intervenção e políticas públicas que estarão descritas nos seguintes parágrafos.

Primeiramente será essencial um investimento na explicação do fenómeno da VRI e das particularidades da VB. Desconstruir-se a conceção de que a VRI pode nem sempre ser dicotómica e que a visão patriarcal não explica os diferentes tipos de violência que existem (e.g., haver uma exclusividade de papéis atribuídos à vítima que será a mulher e ao homem que será o perpetrador). Neste sentido, promove-se a consciencialização da população de que no momento presente, as evidências empíricas demonstram que a VB é a forma de VRI mais prevalente (Langhinrichsen-Rohling et al., 2012; Machado et al., 2023; Machado et al., 2019; Palmetto et al., 2013). Por conseguinte, é fulcral que se encare esta problemática de uma forma mais integral, substituindo estes estereótipos e crenças patriarcais, por evidências científicas. Prevê-se então, uma necessidade de implementar estudos e investigações a nível nacional, direcionados a esta temática para colmatar a escassez dos mesmos em Portugal atualmente. Somente perante o conhecimento científico, se conseguirá proceder a mudanças na formação de diversos profissionais e investimento na prevenção nos diferentes níveis (i.e., a prevenção primária [individual], secundária [grupala] e terciária [comunidade]).

Face ao exposto, para se realizar uma prevenção holística é necessário realizar-se um investimento na formação de profissionais de diferentes áreas (e.g., psicologia, direito, forças de seguranças, voluntários em instituições, serviços de apoio à vítima, entre outros), de forma a dotá-los de competências (i.e., relacionais, comunicacionais, resolução de conflitos, gestão de emoções e *stress*) para que consigam dar uma resposta adequada e direcionada a esta problemática. Por conseguinte, pretender-se-á potenciar uma maior sensibilização, quer na compreensão da sua dinâmica, bem como das consequências, evitando assim práticas de intervenções enviesadas (Razera et al., 2022) Neste sentido, a preocupação central será pensar na saúde psíquica dos constituintes da relação íntima, evitando procurar vítimas e/ou culpados (Razera et al., 2017). Esta condução idónea da situação permitirá não prejudicar ainda mais os indivíduos envolvidos na mesma, ou seja, não promovendo a vitimação secundária (Sá, 2020) (e.g., alerta-se para o facto de que existe uma maior probabilidade de se desenvolverem perturbações mentais graves nos indivíduos que estejam envolvidos em VB em comparação com a VU) (Palmetto et al., 2013).

Considera-se ainda de suma importância também haver uma preocupação maior com a iniciativa para a consciencialização da sociedade acerca da VRI, mais propriamente direcionada para a problemática da VB, através de: palestras, exposições, seminários/ações de formação, campanhas e ações de sensibilização em contextos que estejam diretamente em contacto com a comunidade (e.g., escolas, bibliotecas municipais, eventos promovidos pelas instituições que trabalham diretamente com a problemática, entre outros). Neste sentido, e através de diversos meios criativos, tecnológicos (e.g., criação de folhetos ou flyers informativos, disponibilização das linhas de serviço e de apoio) e manuais (e.g., trabalhos realizados pelas faixas etárias mais jovens acerca do tema e expostos numa exposição), aliados a um ambiente familiar e ao alcance de todos os indivíduos, conseguir-se transmitir conhecimentos sobre a temática, potenciais preditores, consequências (e.g., físicas, sexuais, emocionais e psicológicas [Machado et al., 2019; WHO, 2021]) e meios de auxílio associados ao mesmo (i.e., linhas de apoio, contactos e serviços disponíveis).

Visto que, esta investigação é focada nos preditores da VRI e VB, propõe-se continuar a pesquisa em torno deste tema, de forma a conseguir-se explicar e prever melhor o fenómeno. Considerando ainda que, o único preditor encontrado como significativo foi o facto de estar numa relação, propõe-se ainda uma especial atenção e intervenção com esta população. Refletindo ao nível das políticas públicas de intervenção junto destas populações, estas deverão adotar uma postura mais personalizada e adaptada ao casal, com o intuito de ser o mais apropriada ao contexto possível, ao contrário de padronizada e restrita aos papéis impostos pela sociedade (Behnken et al., 2018; Machado et al., 2019; Ulloa & Hammet, 2016; Renner & Whitney, 2012). O trabalho em simultâneo com ambos os elementos do casal é tido como um aspeto importante da intervenção, no sentido de levar à compreensão de como existe a escalada do conflito para a violência e de como interromper esse processo. Considerando ainda uma via mais terapêutica, a literatura tem vindo a demonstrar que, atendendo ao nível de violência associado a cada caso (e.g., baixo e moderado) que é viável em determinados casos recorrer-se à terapia de casal ou sessões de aconselhamento (Whitaker et al., 2007).

Estudos Futuros

Atendendo a propostas de futuros estudos, sugere-se que estes incidam sobre as hipóteses explicativas presentes na discussão e as limitações apontadas nesta investigação. Estas passam por uma ponderação acerca do desenho, recomendando um desenho mais longitudinal, de forma a compreender-se melhor como as dinâmicas de VRI e os fatores de

risco podem alterar-se ao longo do tempo, à medida que o relacionamento íntimo vai evoluindo nas diferentes fases da vida dos seus constituintes (Hu et al., 2021).

Sugere-se ainda que se considerem novas medidas (i.e., estudos qualitativos ou de métodos mistos) para que se consiga realizar uma melhor contextualização do fenómeno da VB (Holmes et al., 2019). Uma das sugestões apresentada pela literatura é o uso do “método do calendário” através do *Timeline Followback Spousal Violence Interview* (TLFB-SV) realizado por Fals-Stewart e colaboradores (2003). Este método proporciona relatos de VRI, recorrendo-se de um calendário com datas importantes para auxiliar os participantes na sua precisão dos acontecimentos. Apresenta-se como uma entrevista semiestruturada, permitindo uma recolha de dados em ambas as valências (i.e., quantitativa e qualitativas) e informação contextual mais detalhada diretamente das fontes envolvidas. Através desta versão poder-se-á construir um instrumento equivalente no sentido de explorar relatos de VB ou retirar-se informação mais direcionada para a problemática em estudo, ou seja a VB.

Por fim, recomenda-se a realização de estudos com amostras mais representativas perante as variáveis estudadas (e.g., neste investigação isto não se concretizou ao nível do género, orientação sexual, nacionalidade, parentalidade, entre outros). Isto possibilitará resultados com maior representatividade e conclusões mais fidedignas. Propõem-se ainda que, se explore melhor as características do contexto associadas ao fenómeno (Holmes et al., 2019), considerando possíveis mediadores e/ou preditores que possam explicar melhor o mesmo, enumerados anteriormente na discussão. A inter-relação entre variáveis sociodemográficas também deverá ser um foco de estudo, visto que estas se podem relacionar e influenciar posteriormente a VRI, possibilitando a predição da VB em determinadas condições favoráveis.

Referências Bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). (Des)equilíbrios familiares: uma revisão sistemática. Quarteto Editora.
- Andrade, C. (2020). The limitations of online surveys. *Indian journal of psychological medicine*, 42(6), 575-576. <https://doi.org/10.1177/0253717620957496>
- Ansara, D. L., & Hindin, M. J. (2010). Exploring gender differences in the patterns of intimate partner violence in Canada: A latent class approach. *Journal of Epidemiology & Community Health*, 64(10), 849-854. <http://dx.doi.org/10.1136/jech.2009.095208>
- Bates, E. A. (2016). Current controversies within intimate partner violence: Overlooking bidirectional violence. *Journal of family violence*, 31(8), 937-940. <https://doi.org/10.1007/s10896-016-9862-7>
- Batista, B., Rodrigues, D., Moreira, E., & Silva, F. (2021). Técnicas de recolha de dados em investigação: inquirir por questionário e/ou inquirir por entrevista. *Reflexões em torno de Metodologias de Investigação: recolha de dados*, 2, 13-36. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Elisabete-Moreira/publication/349822655_TECNICAS_DE_RECOLHA_DE_DADOS_EM_INVESTIGACAO_INQUIRIR_POR_QUESTIONARIO_EOU_INQUIRIR_POR_ENTREVISTA/links/60547614a6fdccbfeae1183/TECNICAS-DE-RECOLHA-DE-DADOS-EM-INVESTIGACAO-INQUIRIR-POR-QUESTIONARIO-E-OU-INQUIRIR-POR-ENTREVISTA.pdf#page=15
- Behnken, M. P., Duan, Y., Temple, J. R., & Wu, Z. H. (2018). Injury and psychiatric disorder in low-income women experiencing bidirectional intimate partner violence. *Violence and victims*, 33(2), 259-274. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.VV-D-15-00066>
- Black, M. C. (2011). Intimate partner violence and adverse health consequences: implications for clinicians. *American journal of lifestyle medicine*, 5(5), 428-439. <https://doi.org/10.1177/1559827611410265>

- Branco, F. A. Q. (2022) *Violência bidirecional: A prevalência do fenómeno numa amostra da comunidade geral em Portugal* [Master's thesis, Universidade Lusófona do Porto]
Repositório Científico Lusófona <http://hdl.handle.net/10437/13833>
- Breiding, M., Basile, K., Smith, S., Black, M., & Mahendra, R. (2016). *Intimate partner violence surveillance: Uniform definitions and recommended data elements*. Centers for Disease Control and Prevention (CDC).
- Breiding, M., Chen, J., & Black, M. (2014). Intimate Partner Violence in the United States - 2010. Atlanta, GA: National Center for Injury Prevention and Control, Centers for Disease Control and Prevention. Disponível em: <https://stacks.cdc.gov/view/cdc/21961>
- Brownridge, D. A., & Halli, S. S. (2000). “Living in sin” and sinful living: Toward filling a gap in the explanation of violence against women. *Aggression and Violent Behavior*, 5(6), 565-583. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(99\)00003-8](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(99)00003-8)
- Brownridge, D. A., & Halli, S. S. (2002). Understanding male partner violence against cohabiting and married women: An empirical investigation with a synthesized model. *Journal of family violence*, 17(4), 341-361. <https://doi.org/10.1023/A:1020370516420>
- Bushman, B. J., & Cooper, H. M. (1990). Effects of alcohol on human aggression: An integrative research review. *Psychological bulletin*, 107(3), 341.
<https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/0033-2909.107.3.341>
- Buttell, F. P., Wong, A., & Powers, D. (2012). A large sample exploration of the characteristics of women court-mandated to a batterer intervention program: An analysis of race, class, and gender. *Traumatology*, 18(2), 17-26.
<https://doi.org/10.1177/1534765611429081>
- Caetano, R., Ramisetty-Mikler, S., & Field, C. A. (2005). Unidirectional and bidirectional intimate partner violence among White, Black, and Hispanic couples in the United States. *Violence and victims*, 20(4), 393-406. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.20.4.393>

- Capinha, M., Rijo, D., Pereira, M., & Matos, M. (2022). The Prevalence, Directionality, and Dyadic Perpetration Types of Intimate Partner Violence in a Community Sample in Portugal: a Gender-Inclusive Inquiry. *European Journal on Criminal Policy and Research*, 1-18. <https://doi.org/10.1007/s10610-022-09514-w>
- Cardão, S. P. (2022) *O impacto da violência bidirecional na satisfação com a relação íntima* [Master's thesis, Universidade Lusófona] Repositório Científico Lusófona <http://hdl.handle.net/10437/13547>
- Catalano, S. M. (2012). *Intimate partner violence, 1993-2010*. Washington, DC: US Department of Justice, Office of Justice Programs, Bureau of Justice Statistics. Disponível em: http://www.ncdsv.org/images/BJS_IPV1993-2010_11-2012.pdf
- Chan, K. L., Brownridge, D. A., Tiwari, A., Fong, D. Y., & Leung, W. C. (2008). Understanding violence against Chinese women in Hong Kong: An analysis of risk factors with a special emphasis on the role of in-law conflict. *Violence Against Women*, 14(11), 1295-1312. <https://doi.org/10.1177/1077801208325088>
- Coker, A. L., Davis, K. E., Arias, I., Desai, S., Sanderson, M., Brandt, H. M., & Smith, P. H. (2002). Physical and mental health effects of intimate partner violence for men and women. *American journal of preventive medicine*, 23(4), 260-268. [https://doi.org/10.1016/S0749-3797\(02\)00514-7](https://doi.org/10.1016/S0749-3797(02)00514-7)
- Coker, A. L., Smith, P. H., & Fadden, M. K. (2005). Intimate partner violence and disabilities among women attending family practice clinics. *Journal of women's health*, 14(9), 829-838. <https://doi.org/10.1089/jwh.2005.14.829>
- Costa, D., Hatzidimitriadou, E., Ioannidi-Kapolou, E., Lindert, J., Soares, J. J. F., Sundin, Ö., Toth, O. & Barros, H. (2016). Male and female physical intimate partner violence and socio-economic position: a cross-sectional international multicentre study in Europe. *Public health*, 139, 44-52. <https://doi.org/10.1016/j.puhe.2016.05.001>

- Costa, D., Soares, J., Lindert, J., Hatzidimitriadou, E., Sundin, Ö., Toth, O., Ioannidi-Kapolo, E. & Barros, H. (2015). Intimate partner violence: a study in men and women from six European countries. *International journal of public health*, 60(4), 467-478.
<https://doi.org/10.1007/s00038-015-0663-1>
- Crane, C. A., Godleski, S. A., Przybyla, S. M., Schlauch, R. C., & Testa, M. (2016). The proximal effects of acute alcohol consumption on male-to-female aggression: A meta-analytic review of the experimental literature. *Trauma, Violence, & Abuse*, 17(5), 520-531.
<https://doi.org/10.1177/1524838015584374>
- Crane, C. A., Oberleitner, L., Devine, S., & Easton, C. J. (2014). Substance use disorders and intimate partner violence perpetration among male and female offenders. *Psychology of Violence*, 4(3), 322. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1037/a0034338>
- Cunradi, C. B., Caetano, R., & Schafer, J. (2002). Socioeconomic predictors of intimate partner violence among White, Black, and Hispanic couples in the United States. *Journal of family violence*, 17(4), 377-389. <https://doi.org/10.1023/A:1020374617328>
- de Matos, M. A. V. (2006). *Violência nas relações de intimidade: Estudo sobre a mudança psicoterapêutica na mulher* (Doctoral dissertation, Universidade do Minho (Portugal)).
<https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5735/1/Tese.pdf>
- Devries, K. M., Child, J. C., Bacchus, L. J., Mak, J., Falder, G., Graham, K., ... & Heise, L. (2014). Intimate partner violence victimization and alcohol consumption in women: A systematic review and meta-analysis. *Addiction*, 109(3), 379-391.
<https://doi.org/10.1111/add.12393>
- Dias, I. (2010). *Violência na Família. Uma abordagem Sociológica* (2ª ed.). Porto: Edições Afrontamento
- Dias, I., Sani, A. I., Machado, A., Costa, D., Brasil, E., Tavares., M. Magalhães, M. J., Matos, M., Cunha, O., Gonçalves, R. A., Carmo, R. do., Neves., S., Magalhães, T., & Cavalcanti,

V. R. S. (2018). *Violência Doméstica e de Género - Uma abordagem multidisciplinar*.

Factor

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10849/34>

Dobash, R. E., & Dobash, R. (1979). *Violence against Wives: A Case against the Patriarchy*.

New York: Free Press

Edwards, M. C., Green, C., & Perkins, U. E. (2006). Teen dating violence, ethnic identity and depression in inner city African American youths and young adults. *Journal of Knowledge and Best Practice in Juvenile Justice and Psychology*, 1(1), 41-50. Disponível em:

https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-

[libre.pdf?1413972556=&response-content-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-)

[disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF)

[PNzipoxYj8txZhWIM1zw67cZqQORgkX~-C-RxgXQ-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF)

[sbIk8l~ZapZjbfHzuvG2fzONOSel4MskfXHyAgJV33M2IDSRMh1XZ4b4EmMRmU25o](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF)

[vWHRz1g8G~RZCSIfvNcB9xSA6xeRS1dsARuZzGNAeCx1~th4AVRR0bpccBal8DBLx](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF)

[TGVVozzcUPwdAedGDIN2nRm7XhX9XuW3r-VkFJMn-](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF)

[IXII7KzknsZXvBRNPuoNg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=43](https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/35233792/M.Ward_JJParticle-libre.pdf?1413972556=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DIdentifying_risk_factors_associated_with.pdf&Expires=1673304245&Signature=dBL4r2CsucHSRoiiapjQ1X5vbORwxvVirtmPh8Bafa~FM1E~X2654ALUY7Kb8SKMpai7EFNB9EDdnwMFjf64V45WWgZAq4Rm116~zaMuVd0fF)

Faleiros, F., K appler, C., Pontes, F. A. R., Silva, S. S. D. C., Goes, F. D. S. N. D., & Cucick,

C. D. (2016). Uso de questionário online e divulga o virtual como estratégia de coleta de

dados em estudos científicos. *Texto & Contexto-Enfermagem*, 25.

<https://doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>

<https://doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>

<https://doi.org/10.1590/0104-07072016003880014>

Fals-Stewart, W., Birchler, G. R., & Kelley, M. L. (2003). The timeline followback spousal

violence interview to assess physical aggression between intimate partners: Reliability and

validity. *Journal of Family Violence*, 18, 131-142.

<https://doi.org/10.1023/A:1023587603865>

Foshee, V. A., Benefield, T. S., Ennett, S. T., Bauman, K. E., & Suchindran, C. (2004).

Longitudinal predictors of serious physical and sexual dating violence victimization during adolescence. *Preventive medicine*, 39(5), 1007-1016.

Foshee, V. A., Linder, F., MacDougall, J. E., & Bangdiwala, S. (2001). Gender differences in the longitudinal predictors of adolescent dating violence. *Preventive medicine*, 32(2), 128-141. <https://doi.org/10.1006/pmed.2000.0793>

Frieze, I. H. (2005). *Hurting the one you love: Violence in relationships*.

Wadsworth/Thomson Learning.

Gelles, R. J. (1983). An exchange/social control theory. *The dark side of families: Current family violence research*, 151-165.

Gelles, R. J. (1993). Constraints against family violence: How well do they work. *American Behavioral Scientist*, 36(5), 575-586. <https://doi.org/10.1177/0002764293036005003>

Gelles, R. J., & Straus, M. A. (1979). Determinants of violence in the family: Toward a theoretical interpretation. *Contemporary Theories About the Family, Free, New York*.

Disponível em: <https://www.ojp.gov/ncjrs/virtual-library/abstracts/determinants-violence-family-toward-theoretical-interpretation>

Graham, K., Bernards, S., Laslett, A.-M., Gmel, G., Kuntsche, S., Wilsnack, S., Bloomfield,

K., Grittner, U., Taft, A., Wilson, I., & Wells, S. (2021). Children, Parental Alcohol

Consumption, and Intimate Partner Violence: A Multicountry Analysis by Perpetration

Versus Victimization and Sex. *Journal of Interpersonal Violence*, 36(11–12), 5608–5634.

<https://doi.org/10.1177/0886260518804182>

Gravetter, F. J., & Wallnau, L. B. (2000). *Statistics for the behavioral sciences* Wadsworth—Thomson Learning.

- Henning, K., Jones, A., & Holdford, R. (2003). Treatment needs of women arrested for domestic violence: A comparison with male offenders. *Journal of interpersonal violence, 18*(8), 839-856. <https://doi.org/10.1177/0886260503253876>
- Hine, B., Noku, L., Bates, E. A., & Jayes, K. (2020). But, Who Is the Victim Here? Exploring Judgments Toward Hypothetical Bidirectional Domestic Violence Scenarios. *Journal of Interpersonal Violence, 37*(7–8), NP5495–NP5516. <https://doi.org/10.1177/0886260520917508>
- Holmes, S. C., Johnson, N. L., Rojas-Ashe, E. E., Ceroni, T. L., Fedele, K. M., & Johnson, D. M. (2019). Prevalence and predictors of bidirectional violence in survivors of intimate partner violence residing at shelters. *Journal of interpersonal violence, 34*(16), 3492-3515. <https://doi.org/10.1177/0886260516670183>
- Hooker, L., Samaraweera, N. Y., Agius, P. A., & Taft, A. (2016). Intimate partner violence and the experience of early motherhood: A cross-sectional analysis of factors associated with a poor experience of motherhood. *Midwifery, 34*, 88-94. <https://doi.org/10.1016/j.midw.2015.12.011>
- Hu, R., Xue, J., Lin, K., Sun, I. Y., & Wang, X. (2021). Bidirectional Intimate Partner Violence Among Chinese Women: Patterns and Risk Factors. *Journal of Interpersonal Violence, 36*(21–22), NP12252–NP12278. <https://doi.org/10.1177/0886260519888523>
- Iritani, B. J., Waller, M. W., Halpern, C. T., Moracco, K. E., Christ, S. L., & Flewelling, R. L. (2013). Alcohol outlet density and young women’s perpetration of violence toward male intimate partners. *Journal of family violence, 28*(5), 459-470. <https://doi.org/10.1007/s10896-013-9516-y>
- Jackson, C. L., Ciciolla, L., Crnic, K. A., Luecken, L. J., Gonzales, N. A., & Coonrod, D. V. (2014). Intimate partner violence before and during pregnancy: related demographic and psychosocial factors and postpartum depressive symptoms among Mexican American

women. *Journal of interpersonal violence*, 30(4), 659-679.

<https://doi.org/10.1177/0886260514535262>

Jenkins, S. S., & Aube, J. (2002). Gender differences and gender-related constructs in dating aggression. *Personality and Social Psychology Bulletin*, 28(8), 1106-1118.

<https://doi.org/10.1177/01461672022811009>

Jennings, W. G., Piquero, A. R., & Reingle, J. M. (2012). On the overlap between victimization and offending: A review of the literature. *Aggression and Violent Behavior*, 17(1), 16–26. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.09.003>

Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage & Family*, 57(2), 238-294

Johnson, M. P. (2005). Domestic Violence: It's Not about Gender: Or Is It?. *Journal of Marriage and the Family*, 1126-1130. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2005.00204.x>

Johnson, M. P. (2011). Gender and types of intimate partner violence: A response to an anti-feminist literature review. *Aggression and violent behavior*, 16(4), 289-296.

<https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.006>

Johnson, M. P., & Leone, J. M. (2005). The differential effects of intimate terrorism and situational couple violence: Findings from the National Violence Against Women Survey. *Journal of family issues*, 26(3), 322-349. <https://doi.org/10.1177/0192513X04270345>

Johnson, W. L., Giordano, P. C., Manning, W. D., & Longmore, M. A. (2015). The age-IPV curve: Changes in the perpetration of intimate partner violence during adolescence and young adulthood. *Journal of youth and adolescence*, 44(3), 708-726.

<https://doi.org/10.1007/s10964-014-0158-z>

Jones, R. T., Browne, K., & Chou, S. (2017). A critique of the revised Conflict Tactics Scales-2 (CTS-2). *Aggression and violent behavior*, 37, 83-90.

<https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.08.005>

- Kessler, R. C., Molnar, B. E., Feurer, I. D., & Appelbaum, M. (2001). Patterns and mental health predictors of domestic violence in the United States: results from the National Comorbidity Survey. *International journal of law and psychiatry*, 24(4-5), 487–508. [https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/S0160-2527\(01\)00080-2](https://psycnet.apa.org/doi/10.1016/S0160-2527(01)00080-2)
- Langhinrichsen-Rohling, J., Misra, T. A., Selwyn, C., & Rohling, M. L. (2012). Rates of bidirectional versus unidirectional intimate partner violence across samples, sexual orientations, and race/ethnicities: A comprehensive review. *Partner Abuse*, 3(2), 199-230. <http://dx.doi.org/10.1891/1946-6560.3.2.199>
- Larsen, S. E., & Hamberger, L. K. (2015). Men's and women's experience of IPV part II: A review of new developments in comparative studies in clinical populations. *Journal of Family Violence*, 30, 1007-1030. <https://doi.org/10.1007/s10896-015-9730-x>
- Laskey, P., Bates, E., & Taylor, J. (2019). A systematic literature review of intimate partner violence victimisation: An inclusive review across gender and sexuality. *Aggression and Violent Behavior*, 47, 1-11. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2019.02.014>
- Lawson, J. (2012). Sociological theories of intimate partner violence. *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 22(5), 572-590. <https://doi.org/10.1080/10911359.2011.598748>
- Leonard, K. E., & Quigley, B. M. (2017). Thirty years of research show alcohol to be a cause of intimate partner violence: Future research needs to identify who to treat and how to treat them. *Drug and alcohol review*, 36(1), 7-9. <https://doi.org/10.1111/dar.12434>
- Li, C. H., & Jin, X. Y. (2012). The impact of relative conjugal resources and emotional relationships on marital violence in rural-urban migrants' families: From a gender perspective. *Chinese Journal of Sociology*, 32(1), 153–173.

- Machado, A., Santos, A., Graham-Kevan, N., & Matos, M. (2019). The prevalence of Bi-Directional intimate partner violence reported by Portuguese men. *International Journal of Law, Crime and Justice*, 57, 83-90. <https://doi.org/10.1016/j.ijlcj.2019.03.002>
- Machado, A., Sousa, C., & Cunha, O. (2023). Bidirectional violence in intimate relationships: a systematic review. *Trauma, Violence, & Abuse*, 15248380231193440. <https://doi.org/10.1177/15248380231193440>
- Magdol, L., Moffitt, T. E., Caspi, A., & Silva, P. A. (1998). Hitting without a license: Testing explanations for differences in partner abuse between young adult daters and cohabitators. *Journal of Marriage and the Family*, 41-55. <https://doi.org/10.2307/353440>
- Matos, M., & Santos, A. (2014). Violência na intimidade: Da gestão do risco à construção da autoria. *Vítimas de crime e violência: Práticas de intervenção*, 59-72.
- McMahon, S., & Farmer, G. L. (2011). An updated measure for assessing subtle rape myths. *Social Work Research*, 35(2), 71-81. <https://doi.org/10.1093/swr/35.2.71>
- Melander, L. A., Noel, H., & Tyler, K. A. (2010). Bidirectional, unidirectional, and nonviolence: A comparison of the predictors among partnered young adults. *Violence and victims*, 25(5), 617-630. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.25.5.617>
- Mennicke, A., & Wilke, D. (2015). Predicting Bidirectional Intimate Partner Violence: Demographic and Historical Factors That Influence Initiating Threats or Use of Violence by IPV Victims. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 24(9), 1002-1021. <https://doi.org/10.1080/10926771.2015.1074135>
- Murteira, B., Ribeiro, C. S., Silva, J. A., & Pimenta, C. (2007). Introdução à Estatística, 2ª edição.
- Nash, S. P. (2016). *Young adult mothers and intimate partner violence* [Doctoral dissertation, Bowling Green State University]. OhioLINK Electronic Theses and Dissertations Center. Disponível em: http://rave.ohiolink.edu/etdc/view?acc_num=bgsu1467733046

- NISVS - The National Intimate Partner and Sexual Violence Survey. (2020). *Preventing Intimate Partner Violence*. Disponível em:
https://www.cdc.gov/violenceprevention/pdf/ipv/IPV-factsheet_2020_508.pdf
- O'Donnell, L., Stueve, A., Myint-U, A., Duran, R., Agronick, G., & Wilson-Simmons, R. (2006). Middle school aggression and subsequent intimate partner physical violence. *Journal of youth and adolescence*, 35(5), 693-703. <https://doi.org/10.1007/s10964-006-9086-x>
- Ochoa, C. (2015) *Amostragem não probabilística: amostra por conveniência*. Netquest.
<https://www.netquest.com/pt-br/blog/amostra-conveniencia>
- Paiva, C. A., & Figueiredo, B. (2006). Versão Portuguesa das escalas de táticas de conflito revisadas: Estudo de validação. *Psicologia: Teoria e Prática*, 8(2), 14-39.
<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193818634001>
- Palmetto, N., Davidson, L., & Rickert, V. (2013). Predictors of Physical Intimate Partner Violence in the Lives of Young Women: Victimization, Perpetration, and Bidirectional Violence. *Violence and Victims*, 28(1), 103-121. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.28.1.103>
- Razera, J., Gaspodini, I. B., & Falcke, D. (2017). Intimate partner violence and gender a/symmetry: An integrative literature review. *Psico-USF*, 22, 401-412.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712017220302>
- Razera, J., Tomasi, L. M. B., Oliveira, E. L. D., Mosmann, C. P., & Falcke, D. (2022). Direcionalidade da violência em casais heterossexuais. *Psico-USF*, 27, 527-538.
<https://doi.org/10.1590/1413-82712031270310>
- Reingardienė, J. (2004). Understanding gender based violence against women: toward a conceptual framework. *Socialiniai mokslai*, (3), 7-17. Disponível em:

<https://etalpykla.lituanistikadb.lt/object/LT-LDB->

[0001:J.04~2004~1367184130744/J.04~2004~1367184130744.pdf](https://etalpykla.lituanistikadb.lt/object/LT-LDB-0001:J.04~2004~1367184130744/J.04~2004~1367184130744.pdf)

Renner, L. M., & Whitney, S. D. (2012). Risk factors for unidirectional and bidirectional intimate partner violence among young adults. *Child abuse & neglect, 36*(1), 40-52.

<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.07.007>

Research, A., & Staff, C. R. E. (2018). Drinking patterns and their definitions. *Alcohol Research: Current Reviews, 39*(1), 17. Disponível em:

<https://www.ncbi.nlm.nih.gov/pmc/articles/PMC6104961/>

Roberts, A. L., McLaughlin, K. A., Conron, K. J., & Koenen, K. C. (2011). Adulthood stressors, history of childhood adversity, and risk of perpetration of intimate partner violence. *American journal of preventive medicine, 40*(2), 128-138.

<https://doi.org/10.1016/j.amepre.2010.10.016>

Rosado, J. S., & Wagner, A. (2015). Qualidade, ajustamento e satisfação conjugal: revisão sistemática da literatura. *Pensando famílias. Porto Alegre. Vol. 19, n. 2 (dez. 2015), 21-33.*

Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/150296>

Sá, C. L. S. (2020). A vitimação secundária na interação entre as vítimas de violência nas relações de intimidade e o sistema de justiça criminal. [Dissertação de mestrado

publicada]. Universidade do Porto. Disponível em: [https://repositorio-](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/131170/2/434220.pdf)

[aberto.up.pt/bitstream/10216/131170/2/434220.pdf](https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/131170/2/434220.pdf)

Santos, A. M. R., & Caridade, S. M. M. (2017). Violência nas relações íntimas entre parceiros do mesmo sexo: estudo de prevalência. *Trends in Psychology, 25*, 1341-1356.

<https://doi.org/10.9788/TP2017.3-19Pt>

Saunders, D. G. (2002). Are physical assaults by wives and girlfriends a major social problem? A review of the literature. *Violence against women, 8*(12), 1424-1448.

<https://doi.org/10.1177/107780102237964>

- Schokkenbroek, J. M., Ponnet, K., & Hardyns, W. (2022). Men's (Online) Intimate Partner Violence Experiences and Mental Health: Polyvictimization, Polyperpetration and Victim-Perpetrator Overlap. *Journal of Aggression, Maltreatment & Trauma*, 1-21.
<https://doi.org/10.1080/10926771.2022.2055513>
- Scorsolini-Comin, F., & Santos, M. A. D. (2010). Satisfação conjugal: revisão integrativa da literatura científica nacional. *Psicologia: teoria e pesquisa*, 26, 525-532.
<https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000300015>
- Shorey, R. C., Elmquist, J., Ninnemann, A., Brasfield, H., Febres, J., Rothman, E. F., Schonbrun, Y.C., Temple, J.R. & Stuart, G. L. (2012). The association between intimate partner violence perpetration, victimization, and mental health among women arrested for domestic violence. *Partner Abuse*, 3(1), 3-21. <https://doi.org/10.1891/1946-6560.3.1.3>
- Silva, A. C. C. (2022) *Violência Bidirecional nas Relações de Intimidade e Stress Parental: Que Relação?* [Master's thesis, Universidade Lusófona do Porto] Repositório Científico Lusófona <http://hdl.handle.net/10437/14104>
- Silva, M. F. C. M. D. (2021). *Violência bidirecional: a prevalência do fenómeno em estudantes universitários em Portugal*. [Dissertação de mestrado publicada]. Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias.
- Sistema de Segurança Interna. (2022). Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) – Ano 2022 [Annual Homeland Security Report]. Disponível em:
<https://www.portugal.gov.pt/download-ficheiros/ficheiro.aspx?v=%3d%3dBQAAAB%2bLCAAAAAAABAAzNDazMAQAhxRa3gUAAAA%3d> Acedido a 21/09/23
- Stets, J. E., & Straus, M. A. (1989). The marriage license as a hitting license: A comparison of assaults in dating, cohabiting, and married couples. *Journal of family violence*, 4, 161-180.
<https://doi.org/10.1007/BF01006627>

- Stevens, J. (1996). Applied multivariate statistics for the social sciences. *Garden City*, 72.
- Straus, M. A. (1973). A general systems theory approach to a theory of violence between family members. *Social Science Information*, 12(3), 105-125.
<https://doi.org/10.1177/053901847301200306>
- Straus, M. A. (2011). Gender symmetry and mutuality in perpetration of clinical-level partner violence: Empirical evidence and implications for prevention and treatment. *Aggression and Violent Behavior*, 16(4), 279–288. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.04.010>
- Straus, M. A., Hamby, S. L., Boney-McCoy, S., & Sugarman, D. B. (1996). The Revised Conflict Tactics Scales (CTS2): Development and Preliminary Psychometric Data. *Journal of Family Issues*, 17(3), 283–316. <https://doi.org/10.1177/019251396017003001>
- Straus, M.A., & Gelles, R.J. (1990). The conflict tactics scales and its critics: an evaluation and the new data on validity and reliability. *Physical Violence in American Families: Risk Factors and Adaptations to Violence in 8,145 Families* (C. Smith, Ed.) (1st ed., p. 49-73). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781315126401>
- Stuart, G. L., Meehan, J. C., Moore, T. M., Morean, M., Hellmuth, J., & Follansbee, K. (2006). Examining a conceptual framework of intimate partner violence in men and women arrested for domestic violence. *Journal of studies on alcohol*, 67(1), 102-112.
<https://doi.org/10.15288/jsa.2006.67.102>
- Swan, S. C., Gambone, L. J., Fields, A. M., Sullivan, T. P., & Snow, D. L. (2005). Women who use violence in intimate relationships: The role of anger, victimization, and symptoms of posttraumatic stress and depression. *Violence and Victims*, 20(3), 267-285.
<https://doi.org/10.1891/vivi.20.3.267>
- Testa, M., Quigley, B. M., & Leonard, K. E. (2003). Does alcohol make a difference? Within-participants comparison of incidents of partner violence. *Journal of Interpersonal violence*, 18(7), 735-743. <https://doi.org/10.1177/0886260503253232>

- Ulloa, E. C., & Hammett, J. F. (2016). The effect of gender and perpetrator–victim role on mental health outcomes and risk behaviors associated with intimate partner violence. *Journal of interpersonal violence, 31*(7), 1184-1207.
<https://doi.org/10.1177/0886260514564163>
- Whitaker, D. J., Haileyesus, T., Swahn, M., & Saltzman, L. S. (2007). Differences in frequency of violence and reported injury between relationships with reciprocal and nonreciprocal intimate partner violence. *American journal of public health, 97*(5), 941-947.
<https://ajph.aphapublications.org/doi/abs/10.2105/AJPH.2005.079020>
- World Health Organization [WHO]. (2021, março 9). *Violence against women*. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/violence-against-women>
- Xiao, J., & Feng, X. T. (2014). Spousal abuse in China and its influencing factors: From a family system perspective. *Journal of social sciences*.
- Zangirolami-Raimundo, J., de Oliveira Echeimberg, J., & Leone, C. (2018). Research methodology topics: Cross-sectional studies. *Journal of Human Growth and Development, 28*(3), 356-360. <http://dx.doi.org/10.7322/jhgd.152198>